ESPORO

Revista de informação sobre desenvolvimento agrícola e rural nos países ACP

http://spore.cta.int

N°127
AGOSTO-
-SETEMBRO 2015

APROPRIAÇÃO DE TERRAS PARA PROJETOS AMBIENTAIS

Boas intenções com o que é dos outros

AVES

Ovos: uma excelente oportunidade

AGRICULTURA E NUTRIÇÃO

Reforçar as ligações

LE DÉVELOPPEMENT RURAL AU SERVICE D'UN MONDE MEILLEUR

Briefings de Bruxelles sur le développement

Sensibiliser la communauté du développement ACP-UE depuis 2007 aux défis agricoles et ruraux d'aujourd'hui

www.bruxellesbriefings.net

Les Briefings de Bruxelles sont une initiative du CTA et de ses partenaires : la Commission européenne (DG DEVCO), le Secrétariat ACP, le Comité des Ambassadeurs ACP et la confédération CONCORD.

APROPRIAÇÃO DE TERRAS PARA PROJETOS AMBIENTAIS

Boas intenções com o que é dos outros

4

EM PRIMEIRA PÁGINA

AGRICULTURA E NUTRIÇÃO

Reforçar as ligações

13

DOSSIER

4 | Em primeira página
7 | Agricultura
8 | Saúde e nutrição
9 | Pecuária e pesca
10 | Meio ambiente
11 | Investigação e TIC
12 | Negócios e comércio

13 | DOSSIER
Apropriação de terras para projetos ambientais: boas intenções com o que é dos outros
Nutrição, um objetivo maior das políticas agrícolas

17 | Ponto de vista
Issatou Jallow: a nutrição no quadro da segurança alimentar africana
Disponibilizar recursos suplementares

18 | Reportagem
Níger: quintais virtuosos
Partilhar para diversificar o regime alimentar

20 | Cadeia de valor
Ovos: uma excelente oportunidade
21 | Publicações
25 | Agir com o CTA

ESPORO é uma revista bimestral do Centro Técnico de Cooperação Agrícola e Rural (CTA). O CTA rege-se pelo Acordo de Cotonou entre o Grupo dos Países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e a União Europeia, e é financiado pela UE. • **EDITOR: CTA** • Postbus 380 • 6700 AJ Wageningen, Países Baixos • Tel.: +31 317 467 100 • Fax: +31 317 460 067 • E-mail: cta@cta.int • Site Web: www.cta.int • **EDITOR-CHEFE**: Michael Hailu • **PRESIDENTE DO CONSELHO EDITORIAL:** Stéphane Gambier • **COORDENAÇÃO DO CONSELHO EDITORIAL:** Anne Legroscollard • **CONSELHO EDITORIAL:** Krishan Bheenick, Isolina Boto, Juan Cheaz, Thierry Doudet, Vincent Fautrel, Philippe Lhoste, Andrew Shepherd, Tarikua Woldetsadick • **MARKETING:** Thérèse Burke • **REDAÇÃO:** Diretor da redação: Joshua Massarenti • Vita Società Editoriale S.p.A., Via Marco d'Agrate 43, 20139 Milão, Itália • Chefe de redação da versão inglesa: Susanna Thorp (WRENmedia Ltd) • Fressingfield, Eye, Suffolk, IP21 5SA, Reino Unido • Chefe de redação da versão francesa: Bénédicte Chatel (CommodAfrica), 12, avenue de Wagram, 75008 Paris, França • Chefe de redação da versão portuguesa: Ricardo Bordalo, Tapada da Carvalha, Cabanões, São João de Lourosa,3500 – 885 Viseu, Portugal • **CORRESPONDENTES:** N. Ackbarally (Maurícia), M. Andriatiana (Madagáscar), B. H. Carreon (Palau), T. P. Cox (Dinamarca), O. Issa (Níger), J. Karuga (Quénia), M. A. Konte (Senegal), P. Kouakou (Costa do Marfim), M. Makoni, (África do Sul), S. Mbuguah (Quénia), C. Mkoka (Malaui), N. Mutemweno (Zâmbia), S. Norte (Moçambique), P. Sawa (Quénia), A. Shepherd (Itália), M. Waruru (Quénia) • **COLABORADORES NESTE NÚMERO:** B. K. Addom, N. Brynaert, M. Davison, S. Federici, J. Francis, A. Guillaume-Gentil, ISO Translation & Publishing, D. Juchault, D. Manley, F. Mantione, A. Perrin, M. Protz, C. Pusceddu, J. Summers, Tradcatts, G. Zati • **DESIGN:** Intactile DESIGN, França • **EXECUÇÃO GRÁFICA:** Lai-momo, Itália • **IMPRESSÃO:** Latimer Trend & Company, R-U
• © CTA 2015 – ISSN 1011-0054

© WFP/C. Terry supported by EU

Editorial

A segurança alimentar e a agricultura em foco

O ano de 2015 é decisivo para o futuro do desenvolvimento sustentável. Nele têm lugar três eventos de alto nível onde serão tomadas decisões importantes, cujos impactos terão repercussões nas próximas décadas: a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento (FfD) em Adis Abeba, em julho, a Cimeira das Nações Unidas sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, em setembro em Novo Iorque, e a Conferência sobre as Alterações Climáticas em Paris, no mês de dezembro.

A Cimeira das Nações Unidas em setembro aprovará os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que entrarão em vigor quando os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio chegarem a termo, no final de 2015. Entre os 17 objetivos e os 169 alvos propostos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o objetivo 2 e os seus cinco alvos centram-se na segurança alimentar e nutrição e na agricultura, o que determina alvos específicos relacionados com a nutrição na redução do atraso de crescimento e da desnutrição debilitante entre as crianças. Os alvos são a melhoria da produtividade agrícola e dos rendimentos dos pequenos proprietários, o aumento da resiliência, o reforço dos investimentos em infraestruturas rurais, a redução das restrições e distorções comerciais e a proteção da biodiversidade.

A realização dos ODS dependerá da disponibilidade de recursos financeiros, daí a importância da Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, em julho, em Adis Abeba. Essencial é a procura de meios inovadores para mobilizar o financiamento, incluindo o setor privado. Dado o elevado nível de risco ligado à agricultura, os pequenos proprietários agrícolas e as pequenas e médias empresas têm dificuldade em obter crédito dos bancos. Várias organizações, entre as quais o CTA, exploraram as possibilidades de fornecer financiamento em cadeia de valor inclusivo, capaz de desbloquear capital para os pequenos agricultores e as PME. Também se espera que a Cimeira do Clima se debruce sobre problemas de financiamento.

Em todas estas discussões, o desafio será como traduzir as decisões de Adis Abeba, Nova Iorque e Paris em verdadeiros benefícios para milhões de agricultores através do mundo em desenvolvimento.

Michael Hailu
Diretor do CTA

APROPRIAÇÃO DE TERRAS PARA PROJETOS AMBIENTAIS

Boas intenções com o que é dos outros

A apropriação indevida de terras para projetos ambientais exclui as comunidades locais de decisões sobre o seu próprio futuro. É este o custo da conservação do planeta?

Conhecemos demasiado bem a tendência de empresas estrangeiras para assinarem acordos com países pobres a fim de obterem direitos sobre vastas áreas de terras, acabando por forçar a deslocação das comunidades locais. Na última década verificaram-se vastas apropriações de terras em regiões em desenvolvimento, impulsionadas por um delírio especulativo de culturas alimentares, biocombustíveis e reservas de água. Mas como é que devemos emitir um juízo quando os negócios das terras se destinam a apoiar bens públicos globais, como a conservação da biodiversidade e das paisagens naturais?

Um retorno às vedações

Foi o jornalista John Vidal quem primeiro cunhou, em 2008, a expressão «*green grabbing*» (com o significado de «apropriação de terras e de recursos para fins ambientais»), quando escrevia sobre uma nova onda de aquisições de terras em países em desenvolvimento motivadas por objetivos de conservação. Uma análise posterior desta tendência, nomeadamente num número especial de 2012 do *Journal of Peasant Studies*, alargou a definição a fim de incluir acordos para fixação de carbono, proteção da floresta e ecoturismo, entre outros. Os projetos de biocombustíveis também podem ser abrangidos por este rótulo e constituem um importante exemplo a ter em atenção. Até 2013, apenas 2% dos terrenos autorizados para biocombustíveis na Etiópia, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia estavam, de facto, cultivados. As promessas iniciais do setor deixaram um legado de perda de acesso à terra para as comunidades, sem nenhum dos benefícios prometidos.

As apropriações para fins ambientais não dizem apenas respeito a adquirentes que compram definitivamente terrenos; incluem quaisquer casos em que as regras de acesso à terra e aos recursos são alteradas para beneficiar projetos ambientais à custa dos utilizadores existentes. Contudo, em vez de oporem a produção local em pequena escala à produção de bens em larga escala, as apropriações ambientais complicam a questão da terra, colocando a produção contra a proteção do ambiente. Ao fazê-lo, as apropriações ambientais estão a reacender os debates sobre a coexistência ancestral de pessoas e natureza.

Desde a era colonial que os agricultores, pastores e caçadores locais foram considerados como ameaças ao

ambiente. As autoridades reservaram terrenos aparentemente vagos para a conservação, sem ter em conta a sua utilização habitual. No entanto, nas últimas décadas, os conservacionistas aprenderam que a maior parte dos planos, sem participação local, fracassam e que na realidade as comunidades podem ser tanto guardiãs como utilizadoras da terra. Contudo, numa atmosfera de crise com alianças insólitas em que o capital privado, Governos, organizações internacionais e consumidores assumem a defesa do planeta, algumas das lições parecem ter sido esquecidas.

Aventuras do carbono

Se existe um elemento que resume este dilema, é o carbono. Uma solução atualmente privilegiada para reduzir as emissões de carbono é o biochar (carvão produzido a partir da combustão de biomassa em condições de reduzida presença de oxigénio), que pode ser incorporado nos solos como forma de armazenamento de carbono de longa duração e que também melhora a fertilidade. Embora algumas empresas estejam a aplicar o biochar como uma tecnologia em pequena escala, outras procuraram angariar capital para plantações com biochar como matéria-prima em milhões de hectares de terras «subutilizadas» em África. Na verdade, são os próprios agricultores que regularmente enriquecem os seus terrenos com resíduos orgânicos de carbono, incluindo o biochar, como está registado em porções de terras pretas férteis em redor de muitas aldeias na África Ocidental. No entanto, estas práticas são pouco apreciadas como «tecnologias verdes» e existe imenso espaço para reconhecer e apoiar o potencial de mitigação de carbono altamente eficiente de pequenos agricultores sem lhes retirar grandes extensões da paisagem.

© CIAT/N. Palmer

Vista aérea da floresta amazónica

O país que foi objeto de mais apropriações de terras na última década foi a Papua-Nova Guiné, onde até 2011 algumas empresas adquiriram mais de 5 milhões ha de terras tradicionais. Grande parte destas terras foram adquiridas por especuladores de carbono na sequência de negociações promissoras de acordo com as normas de Redução de Emissões resultantes da Desflorestação e da Degradação das Florestas (REDD) em 2007. Estavam em negociação mais de 90 acordos de comércio de carbono em terras tradicionais, mas no espaço de dois anos quase todos pararam. No fim, a grande maioria dos milhões de hectares adquiridos no país foram utilizados para exploração de madeira a curto prazo. As dificuldades em garantir um consenso comunitário e legal sobre longos períodos de tempo fizeram com que projetos potencialmente verdes, com horizontes temporais distantes, se tenham perdido a favor da rápida indústria extrativa florestal.

Exemplos abundantes destes fracassos alimentam o ceticismo sobre a apropriação de terras para fins ambientais, salientando a divergência entre objetivos ecológicos de longo prazo e o mundo agitado do negócio de terras. Em 2008, a Libéria quase assinou um acordo com uma empresa britânica para entregar 400 000 ha de florestas para serem conservadas para comércio de carbono. O projeto de contrato entretanto conhecido especificava que todos os recursos florestais da zona deviam ficar intactos e definia recursos florestais como «qualquer coisa com utilização prática, comercial, social, religiosa, espiritual, recreativa, educativa, científica ou de subsistência ou qualquer outra utilização potencial para um ser ▶

humano que exista no ambiente florestal, não limitado à flora, fauna ou micro-organismos». Tratava-se de um excelente catálogo da utilização global que as comunidades locais faziam das suas florestas, embora apenas para lhes impedirem o acesso às mesmas. Na verdade, se os utilizadores locais viessem a interferir no valor do carbono do projeto, o Governo liberiano poderia ser responsabilizado pela empresa britânica pela perda de rendimentos de milhares de milhões de dólares. Depois de o contrato ter sido divulgado e de se tornar óbvio que não havia benefícios para o próprio país, a Libéria rejeitou o negócio.

Cerca de um terço do território tanzaniano está atualmente sob alguma forma de proteção da vida selvagem, uma tendência que proliferou nos anos 1990, durante uma fase auspiciosa de conservação de terrenos de pastagem com participação das comunidades locais. Contudo, uma deficiente implementação desta abordagem levou os dadores internacionais a retirarem os fundos e o Governo a favorecer uma gestão mais direta da vida selvagem pelo Estado. Subsequentemente, muitas aldeias que inicialmente aceitaram a utilização das suas terras para conservação dirigida pela comunidade, estão a ver os lucros irem para a indústria do turismo, enquanto os custos, nomeadamente pastos perdidos e colheitas destruídas por animais selvagens, são para a aldeia. Algumas comunidades associaram-se a empreendimentos benéficos com operadores de ecoturismo, com o maior êxito nas aldeias Masai de Lolindo, onde as autoridades locais bem coordenadas negociaram e investiram os ganhos em infraestruturas, serviços sociais e conservação da aldeia. Outros perderam inteiramente as suas terras para empresas que consideram mais fácil assinar arrendamentos privados para espaços de turismo.

É evidente que motivações semelhantes – conservar ecossistemas únicos, disponibilizá-los aos ecoturistas, evitar emissões de carbono para a atmosfera – podem levar a resultados muito diferentes para os utilizadores locais das terras. O que conta é a sua capacidade para negociar o próprio acesso à terra e aos seus recursos e isso significa estar presente quando o acordo é firmado. Até ao momento, os acordos de apropriação de terras para fins ambientais feitos sem participação local têm registado pouco sucesso e só esse facto pode constituir um travão para apropriações prejudiciais de terras para estes fins. O respeito pelos utilizadores tradicionais das terras pode, no final, ser melhor negócio, tal como é melhor para a conservação.

Terra para além dos hectares

As Diretrizes Voluntárias recentemente compiladas pela FAO sobre a Governação Responsável da Posse da Terra parecem feitas por medida para proteger as comunidades da apropriação indevida de terras em países com regimes fundiários consuetudinários generalizados – um sistema que ainda domina em 90% das terras africanas. No que diz respeito à apropriação de terras para fins ambientais, no entanto, as diretrizes da FAO irão enfrentar outras pressões internacionais sentidas pelos Estados: aumentar as áreas protegidas, poupar os depósitos de carbono ou fazer voltar espécies ameaçadas. Embora o apoio às reivindicações locais de terras possa retardar a sua apropriação indevida, a questão mais lata é a mesma de sempre: como estabelecer um equilíbrio entre a vida local e o desenvolvimento com as necessidades ecológicas?

© ACON/ S. Shaban

O biochar é inserido nos solos, onde fica armazenado por longos períodos, melhorando a fertilidade destes, protegendo o ambiente

A apropriação não inclusiva de terras para fins ambientais corta as sinergias efetivas entre objetivos de desenvolvimento e ambientais, deixando apenas sacrifícios e conflitos. O caminho mais promissor a seguir é provavelmente não comprar vastas áreas para uma função exclusiva, mas encontrar a maior quantidade de benefícios da paisagem no seu todo. A recente abordagem paisagística é uma tentativa mais sofisticada para dar resposta a alguns dos problemas que a apropriação de terras para fins ambientais ignora. Por exemplo, o projeto de redução de emissões de todas as utilizações da terra (REALU) da *Alternatives to Slash-and-Burn Partnership for the Tropical Forest Margins* procurou possibilidades de redução de emissões para além das florestas em quatro paisagens diferentes, trabalhando com os utilizadores para encontrar estratégias de incentivos para os benefícios do carbono em todo o lado. No município de Efoulan, no sul dos Camarões, esta procura centrou-se na gestão sustentável das florestas municipais e na intensificação de agroflorestas de cacau vizinhas misturadas com outras espécies arbóreas úteis. Projetos como este sugerem que as comunidades podem manter paisagens com níveis mais elevados de carbono mantendo, ao mesmo tempo, o seu modo de vida na terra.

As alterações climáticas, a desflorestação, a degradação e a perda de biodiversidade são problemas graves que aumentam cada vez mais. É fácil imaginar que soluções inclusivas não serão suficientemente amplas para lhes fazer face e que as grandes soluções terão de deixar de fora algumas pessoas. Mas a história da apropriação de terras para fins ambientais mostra que tornar as paisagens mais ecológicas não é tão fácil como arrendar terras. Os verdadeiros progressos não serão medidos em milhares de hectares, mas no empenhamento dos utilizadores das terras para trabalharem em conjunto de forma a atingirem objetivos comuns. ■

T. Paul Cox

PULVERIZAÇÃO

Melhorar a proteção nas culturas de cacau

Cinquenta mil produtores de cacau da África Ocidental já têm acesso a aconselhamento para proteção das culturas e serviços de pulverização graças à *Africa Cocoa Initiative*.

Um estudo preliminar da Fundação Mundial do Cacau (WCF), enquadrado nos cinco anos da *Africa Cocoa Initiative*, concluiu que a maioria dos agricultores que nele participaram (70%), foram capazes de aumentar 45% em média os rendimentos. Ensinar os agricultores a melhor combater as ameaças das pragas e doenças é uma das prioridades da iniciativa da WCF, que visa duplicar a produtividade e rendimentos de 100 000 produtores de cacau dos Camarões, da Costa do Marfim, do Gana e da Nigéria. Atualmente, cerca de 30% da produção de cacau nestes países é destruída pelas pragas e doenças.

O acesso a produtos autorizados para proteção das culturas foi identificado como o maior desafio à produção de cacau na região. No âmbito desta iniciativa, foi dada formação a um grupo selecionado de produtores para serem Fornecedores de Serviços de Pulverização (SSP), o que permite ajudar as suas comunidades a identificarem as pragas, fornecendo aconselhamento para o seu controlo, e, quando necessário, aplicarem produtos de proteção. Trabalhando com a organização especializada em África e no Médio Oriente, *CropLife Africa Middle East*, a iniciativa formou mais de 3 000 SSP desde o seu lançamento, em 2013, que forneceram aconselhamento e serviços a mais de 50 000 produtores de cacau.

Dispersar a abordagem dos SSP para novas regiões produtoras de cacau representa um desafio e uma oportunidade para a *Africa Cocoa Initiative*. Há razões para otimismo, no entanto, incluindo o aumento dos projetos certificados implementados por organizações dedicadas ao comércio justo e produção sustentável, como a UTZ, a *Rainforest Alliance and Fairtrade*, e o aumento da atividade das ONG, está a ajudar as comunidades produtoras de cacau a tirarem proveito disso. Os requisitos para a certificação exigem que o produto final, o chocolate, seja produzido através de elevados padrões ambientais, sociais e agrícolas. O projeto que envolve os SSP complementa bem este esforço. No Gana, por exemplo, os SSP ajudaram os agricultores a encontrar o padrão adequado da Boa Prática Agrícola, um componente essencial para a obtenção do certificado da prática de uma Agricultura Sustentável atribuído pela UTZ. ■

Mike Davison

Um prestador de serviços de pulverização numa exploração de cacau no Gana

SOFTWARE

Gestão de solos otimizada

Em Madagáscar, na região do Lago Alaotra, há uma «rede de fazendas de referência» que agrupa agricultores praticantes de sementeiras diretas, por baixo de coberturas vegetais, para melhorar o rendimento das terras. Esta estrutura em rede associa diferentes tipos de explorações agrícolas em função dos seus sistemas de cultura, práticas de produção, etc. Uma vez criadas, estas explorações são alvo de uma observação técnica continuada, de forma a elaborar sequências hipotéticas de acontecimentos e de avaliação da sua resiliência a acontecimentos abruptos, nomeadamente climáticos. Para apoiar esta iniciativa, o CIRAD, o INRA e o Instituto Agronómico Mediterrânico de Montpellier desenvolveram o «Olympo», um *software* para a simulação do funcionamento das explorações que permite aos agricultores otimizarem a gestão das suas culturas no longo prazo.

Mamy Andriatiana

BANANA

Ofensiva contra a fusariose

A FAO lançou, em dezembro de 2014, em África e nas Antilhas, uma iniciativa para debelar a fusariose, uma doença que é letal para as bananeiras. Esta iniciativa desenvolve-se em torno de três eixos: a prevenção das epidemias, a gestão de casos existentes e o reforço da colaboração e da coordenação entre instituições, investigadores, Governos e produtores. Tem ainda por objetivo a criação de variedades resistentes ao fungo responsável pela doença, o *Fusarium oxysporum sp. Cubense*.

COCO

Um composto incomum

Os habitantes de Agalega, um arquipélago com poucas centenas de habitantes situado no norte da Ilha Maurícia, utilizam a fibra do coco como suporte na cultura de legumes sobre os solos coralíferos da ilha, pouco adequado para a agricultura. A fibra de coco decompõe-se e serve como estrume para as hortas. Muito poroso, este apresenta uma grande capacidade de oxigenação e de retenção de água.

DESVANTAGEM

A mais-valia das «hortas de sobrevivência»

Em diversas localidades do Níger, pessoas incapacitadas ganham hoje a vida graças às «hortas de sobrevivência». Estas hortas permitem produzir frutas e legumes para consumo caseiro e para venda. Lançado em 2005 pela Karkara, uma ONG local, em colaboração com a australiana CBM, uma organização internacional cristã para o desenvolvimento, a iniciativa já foi replicada no Burquina Faso, no Mali e na Nigéria.

APP MÓVEL

Serviço de informação em língua local

Farmerline, no Gana, desenvolveu um sistema interativo de resposta através da voz na língua local para os telefones móveis, onde é fornecido aconselhamento para a aquacultura e produção agrícola. Mil agricultores já usam este serviço há seis meses e estão a relatar melhorias na produção e nos rendimentos.

TRANSFORMAÇÃO

Valorizar a hanza

A hanza (*Boscia senegalensis*) é um arbusto selvagem abundante no Sahel, que cresce em climas áridos e tem uma forte resistência à seca. Os seus grãos amargos são consumidos em períodos de fome. Por ser rica em proteínas e glúcidos, a ONG Sahara Sahel Food pretende reabilitá-la e desenvolver a sua transformação em farinha e couscous.

FÓRMULA VENCEDORA

Melhorar a nutrição infantil

Um estudo elaborado pelo Governo do Malawi, pela FAO e pela Universidade Justos Leibig, da Alemanha, concluiu que o estado nutricional das crianças entre os seis e os 24 meses pode ser significativamente melhorado através da combinação entre as intervenções para melhorar a segurança alimentar e a educação nutricional participativa dos educadores.

SAÚDE

Salvar vidas à distância

Uma APP que permite a interação entre médico e paciente numa região remota, venceu o concurso de tecnologia «Imagine Cup Angola 2015», organizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e a Microsoft.

Com este *software*, se o paciente estiver incapacitado, outra pessoa pode descrever *online* os sintomas que serão vistos por um especialista para diagnóstico e acompanhamento à distância.

FEIJÕES MELHORADOS

Variedades enriquecidas com ferro reduzem anemias

No Ruanda, sete novas variedades de feijão, enriquecido com ferro, são agora cultivadas por 800 000 agricultores, contribuindo para a diminuição dos casos de anemia. Antes da introdução do feijão enriquecido, em 2010, pela HervestPlus, 56% dos ruandeses eram anémicos, com maior impacto nas crianças e nas mulheres. Desde então, segundo o Departamento de Saúde do país, a incidência baixou para os 38%.

PEIXE

O forno «verde» que preserva a saúde

O forno de função dupla (FTT) oferece um melhor rendimento energético, uma maior capacidade para tratar o peixe, produtos finais de melhor qualidade e reduz os riscos sanitários. Qualidades que fazem com que seja a escolha dos transformadores artesanais.

Em resultado de cinco anos de aperfeiçoamentos sucessivos, o forno de função dupla para a cozedura e secagem mecânicas – concebido pelo Centro Nacional de Formação de Técnicos de Pesca e Aquacultura do Senegal em parceria com a FAO – permite melhorar os resultados dos fornos tradicionais e reduz significativamente os produtos cancerígenos contidos no fumo.

Fumar o peixe através de técnicas tradicionais requer grandes quantidades de lenha e de carvão, tendo, por isso, um importante impacto sobre o ambiente. Mas o forno FTT funciona com outros materiais vegetais. As cascas e as fibras de coco ou, entre outros, os desperdícios do milho, são igualmente eficazes e têm um menor impacto ambiental. A quantidade necessária de combustível exigida é menor e a capacidade de carga é cinco vezes superior à dos fornos tradicionais e, pelo menos, duas vezes mais que os fornos Chorkor, largamente difundidos.

O forno de função dupla é constituído por uma placa que recolhe a gordura, um sistema indireto que produz o fumo – composto por uma calha e um cilindro metálicos – e um distribuidor de ar. Todos estes acessórios estão disponíveis localmente e adaptados às operações de transformação artesanal. O forno FTT foi concebido para ajudar os pequenos transformadores de peixe a prepararem e a comercializarem alimentos seguros e de boa qualidade. Estes respondem melhor às exigências sanitárias e podem, por outro lado, operar em todas as estações do ano sem influir nas alterações climáticas.

Na verdade, as perdas após a captura podem chegar aos 50% durante a época das chuvas ou com tempo enublado, mas isso pode ser contrariado com este forno que é coberto e o produto está protegido durante a fumagem e a secagem.

O peixe fumado é uma fonte vital na alimentação e nos rendimentos de numerosas comunidades costeiras do continente africano. Na Costa do Marfim, por exemplo, a FAO estima que entre 20 e 30% das capturas marinhas e de água doce são consumidas na forma de peixe fumado. Esta nova técnica também é aplicada com sucesso noutros países, como o Gana, o Senegal ou a Tanzânia. ■

Mame Aly Konte

Mulheres usam o forno de dupla função para fumar o seu peixe, em Abobo-Doume, na Costa do Marfim

© FAO Côte d'Ivoire

Vacinação contra a Febre da Costa Oriental no norte da Tanzânia

PROVISIONAR MEDICAMENTOS

Salvar as manadas do Malawi

A Sociedade Lilongwe para a Proteção e Tratamento dos Animais e o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar do Malawi conduziram um programa alargado de aplicação de medicamentos nos animais de três regiões comummente atingidas por cheias, no Sul do país. Chuvas intensas no início deste ano criaram problemas significativos na saúde do gado, como, entre outros, a pneumonia e a flegmão interdigital dos bovinos, causadas pelos alagamentos prolongados dos terrenos de pastagem. «0 tipo de medicamentos distribuídos pela Lilongwe estão em linha com estas doenças, que se espera que surjam com as inundações, provocadas por bactérias e protozoários», sublinha Taurayi Mlewa, responsável pelo gabinete para o Gado e Saúde Animal.

Charles Mkoka

VACINAÇÃO E ERRADICAÇÃO

Progressos na Febre da Costa Oriental e PPR

Administrar um parasita menos letal ao gado pode aumentar a resistência dos animais à Febre da Costa Oriental. Ao mesmo tempo, o mundo quer erradicar a Peste dos Pequenos Ruminantes (PPR).

Pesquisadores descobriram uma nova e potencialmente mais eficaz forma de proteger o gado da Febre da Costa Oriental (FCO), uma doença que todos os anos mata mais de um milhão de animais em África. Cientistas da Universidade de Edimburgo, Reino Unido, e do Instituto Internacional de Investigação Pecuária, concluíram que contaminar o gado com o parasita mutante da *Theileria* – da família da *Theileria parva*, que causa a FCO – protege a maioria dos animais desta doença. Mais de 500 animais foram infetados durante os testes no Quénia e uns impressionantes oito em cada nove ficaram protegidos contra a FCO. A vacinação normal para esta doença consiste em infetar o animal e depois proceder ao seu tratamento com antibióticos de forma a permitir ganhos de imunidade.

Este trabalho está também a ser testado no combate à Peste dos Pequenos Ruminantes, uma doença viral altamente contagiosa entre ovelhas e cabras. De 31 de março a 2 de abril, a Costa do Marfim acolheu a primeira conferência global para o combate a esta doença, com o objetivo de elaborar uma estratégia mundial para a sua definitiva erradicação. ■

Maina Waruru e Patrice Kouako

BIODIVERSIDADE

«Urok Osheni», tradição e desenvolvimento

Técnicos e autoridades tradicionais juntaram-se para reforçar a governação participativa das ilhas Urok, no arquipélago dos Bijagós. Ambiente e populações saíram a ganhar.

O projeto «Urok Osheni», criado pela ONG Tiniguena e pelo Instituto Marquês de Valle Flôr, no arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau, foi considerado pela União Europeia como um modelo para a região na proteção da biodiversidade e desenvolvimento das comunidades locais.

Esta iniciativa assenta no reforço do processo de governação participativa e na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável.

A gestão do «Urok Osheni» inclui autoridades tradicionais e oficiais, representantes das comunidades, da ONG Tiniguena e de instituições de investigação. O resultado é visível na vida das comunidades através do crescente empreendedorismo local, na crescente escolarização dos jovens e na proteção da biodiversidade.

Um dos recentes sucessos foi o reforço da equipa de fiscalização, composta por membros das comunidades, que controla a pressão exercida pelos caçadores, pescadores e apanhadores de bivalves e decide sobre as infrações e violações ao equilíbrio do ecossistema.

O «Urok Osheni», que teve início em 2010 nas três ilhas Urok (Formosa, Nago e Chediã), segundo a ONG Tiniguena, «pode ser encarado como um projeto-piloto para o restante arquipélago dos Bijagós», com mais de 30 mil habitantes dispersos por cerca de 80 ilhas e ilhéus, que integra a Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC) da Guiné-Bissau. ■

Sílvia Norte

AÇÃO COORDENADA

Combater a pesca ilegal com imagens por satélite

No início de 2015, o Palau participou no lançamento do Projeto Olhos nos Mares. Este projeto recorre às imagens de satélite para monitorizar, detetar e agir perante situações de pesca ilegal. Exemplo do sucesso foi a apreensão, em 24 horas, de um barco de pesca suspeito, que estava a ser observado desde dezembro de 2014, através de um processo coordenado pelo novo sistema.

PESCA

Previsões meteorológicas em SMS

Mais de 1 000 pescadores ugandeses estão a receber SMS gratuitos que os ajudam a decidir quando e onde pescar no Lago Vitória. O mau tempo neste lago é a causa de mais de 5 000 mortes todos os anos. O municiamento da informação contida nas SMS é feito através da parceria entre a Organização Meteorológica Mundial e os departamentos meteorológicos estatais do país, situados na região do Lago Vitória. Numa escala mais alargada, este projeto pretende contribuir para a segurança das populações, sejam pescadores ou agricultores, da região, através de uma melhor previsão e divulgação, ao mesmo tempo que promove a partilha desta ferramenta entre as comunidades.

James Karuga

ENERGIA

Luz de todos e para todos

A cidade de Bambadinca, Leste da Guiné-Bissau, já está a ser iluminada pelo primeiro serviço comunitário de energia renovável do país. A energia é garantida por uma central fotovoltaica híbrida que abastecerá toda a cidade a preços acessíveis. O modelo de gestão, participado e sustentável, foi criado pela organização portuguesa TESE e pelo seu parceiro local ACDB.

PESQUISA CLIMATICAMENTE INTELIGENTE

Medir as emissões de gases com efeito de estufa na agricultura

O Centro Mundial para o Agroflorestal está a trabalhar com cerca de 1 200 famílias do Vale do Rift, no Quénia, para quantificar as emissões de gases com efeito de estufa produzidas nas áreas agrícolas. Os cientistas recolhem amostras dos solos e aconselham sobre as vantagens da agricultura inteligente face às alterações climatéricas, de forma a reduzir as emissões e, ao mesmo tempo, aumentar os rendimentos.

PLANTAÇÕES MISTAS

Combater as doenças com a biodiversidade

Uma investigação levada a cabo pela Bioversity International in Uganda mostrou que misturar plantações de variedades resistentes às doenças e às pragas reduz significativamente a incidência destas. Em estudos que envolveram variedades comuns de feijão, o impacto das doenças diminuiu em 50% quando misturadas com variedades resistentes.

SACO DE PLÁSTICO

Viva o pandano e o vetiver

A partir de janeiro de 2016, a produção e a utilização de sacos de plástico serão interditas na Maurícia de forma a proteger os lagos, os rios e todos os cursos de água. O plástico vai ser substituído pelo pandano, pelo vetiver e pelo papel para fabricar sacos. Atualmente, cerca de 300 milhões de sacos de plástico são produzidos anualmente para uma população de 1,3 milhões de habitantes.

RECURSOS HÍDRICOS

Novo mapa ajuda a prevenir calamidades e a desenvolver a agricultura

Está concluído o mapeamento dos 53 km² das bacias hidrográficas de Cabo Delgado, norte de Moçambique. Esta «ferramenta» é essencial na definição dos programas agrícolas e na prevenção de calamidades naturais, como as secas e as inundações.

O mapa, desenhado com o apoio da União Europeia e do Governo da Galiza (Espanha), vai permitir definir as infraestruturas de rega e de abastecimento de água da província.

A prevenção e a gestão de calamidades naturais têm ainda uma preciosa ajuda neste mapa, com informação sobre a topografia e geologia da região, o clima, o seu perfil demográfico e socioeconómico e a análise dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos dos rios Megaruma, Messalo e Montepuez, bem como de todas as bacias da orla marítima.

Sílvia Norte

ENERGIA

O carvão verde ajuda os mangais

Agora que Madagáscar perdeu quase 21% dos seus mangais (57 000 hectares) entre 1990 e 2010, a utilização de carvão verde é uma das soluções para evitar a sua total destruição.

O carvão de madeira é a principal fonte de energia nos países do Sul e Madagáscar não é exceção. Para cozinhar, para o aquecimento e mesmo para fazer funcionar os ferros de passar roupa, a população do país consome *per capita*, em média, entre 50 e 100 quilos de carvão de madeira por ano. Uma situação que causa significativos prejuízos às florestas. Cerca de 150 000 hectares de floresta são destruídos todos os anos para produzir carvão, bem como uma boa parte dos mangais do país, que cobrem uma superfície com 325 000 hectares.

Para diminuir a pressão exercida por esta prática sobre os recursos florestais, Chan Huchoc, um empreendedor do país, introduziu em Madagáscar o carvão verde. Materiais orgânicos, como o composto, ramagem e folhas, são queimados num forno especialmente desenhado para produzir carvão verde. A utilização desta invenção propagou-se de forma significativa no norte de Madagáscar.

Na ilha de Nosy Be, situada no Canal de Moçambique, a utilização de carvão verde é especialmente encorajada. Produzido a partir de eucalipto carbonizado, diversas organizações, como o Agrupamento Interprofissionalda Hotelaria e Turismo de Nosy (GIHTNB), encorajam a utilização deste material entre as comunidades locais.

O carvão verde em saco pronto a ser encaminhado para a cidade

Um vasto programa de plantação de eucaliptos foi, entretanto, posto em prática com o apoio da Agência de Cooperação Alemã (GIZ), na região de Diana, no norte da Ilha.

A disponibilidade de carvão verde resolveu uma grande parte dos problemas das populações locais no acesso à energia, tanto no que respeita aos preços como à sua qualidade. Com o saco de 10 quilos a custar 2 € e sem flutuações, tendo em conta que o carvão tradicional, feito a partir do mangal, aumenta todos os anos com a chegada da estação das chuvas, podendo chegar aos 2,5 €, o carvão verde apresenta significativas vantagens. O GIHTNB está a analisar a criação de uma rede de distribuição permanente, que facilitará o seu armazenamento na ilha.

O carvão verde revelou-se uma boa solução para evitar maiores danos no mangal do país. Mas o Governo também está a atuar e criou uma comissão nacional para a gestão integrada dos mangais, com o objetivo de encontrar fórmulas que permitam garantir o seu futuro bem como o dos recursos piscatórios. ■

Mamy Andriatiana

PREVISÃO DO TEMPO

Combinação de conhecimentos novos e antigos

A colaboração entre os tradicionais «fazedores de chuva», os meteorologistas e a comunidade de rádios comunitárias no município queniano de Vihiga, permitiu aos agricultores receberem previsões meteorológicas de qualidade. A rádio comunitária Nganyi RANET é uma das cinco estações integradas no sistema de informação sobre o tempo do Serviço Meteorológico do Quénia para as áreas suscetíveis à seca. Este serviço surge da colaboração entre os «meteorologistas» tradicionais, que efetuam análises a partir da observação das plantas e do comportamento animal, e os modernos meteorologistas, sendo a informação divulgada aquela que resulta da convergência de ambos os saberes. A informação é divulgada através das ondas da rádio e na língua local. O Centro de Recursos Comunitários Nganyi Ranet tem uma estação meteorológica que divulga previsões a cada 10 minutos.

Pius Sawa

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Cenouras muito resistentes

Os investigadores do Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), da Colômbia, testam variedades de cenoura resistentes ao calor extremo.

A agricultura mundial vai ser duramente afetada pelas alterações climáticas. De acordo com o Grupo Intergovernamental de Especialistas sobre a Evolução do Clima (GIEC), os rendimentos mundiais do trigo, do arroz e do milho podem cair mais de 25% entre 2030 e 2049.

Entre as culturas sensíveis, estão também as cenouras, que são a base alimentar de 400 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento. Comummente apelidadas de «carne dos pobres» na América Latina e em África, a cenoura é uma fonte importante de proteínas.

Ensaios com feijões trepadores em Darién, na Colômbia

© CIAT/N. Palmer

Baseando-se numa análise que utiliza 19 modelos climáticos mundiais, os especialistas concluíram que, com as variedades atuais e as suas exigências de cultivo, o espaço dedicado à produção de cenouras vai diminuir em 50% até 2050, sublinha o CIAT.

O aumento da temperatura afetará particularmente esta cultura no Brasil, Haiti, Honduras e Nicarágua. Em África, os efeitos serão graves no Malawi e na RD Congo, enquanto o Quénia, a Tanzânia e o Uganda sentirão os efeitos com intensidade média.

No entanto, nos laboratórios do CIAT em Cali, Sudoeste da Colômbia, os investigadores testam novas variedades de cenouras potencialmente resistentes a temperaturas extremas. Estas novas cenouras resultam do cruzamento de variedades comuns com a «tepary», resistente ao calor e tradicionalmente cultivada pelas populações indígenas do norte do México e no Arizona, EUA. Com esta novavariedade resistente ao calor, a diminuição das terras cultiváveis para produzir cenoura ficar-se-á pelos 5% num cenário em que oaumento de temperatura é de 3 graus Celsius.

Esta descoberta põe o foco na importância de salvaguardar a diversidade genética das plantas. «Os grãos do nosso banco genético são uma fonte vital para permitir aos agricultores dos países em desenvolvimento enfrentarem os desafios das alterações climáticas», afirma o diretor do CIAT, Ruben Echeverria. Estas novas cenouras vão também ser testadas na Costa Rica e em Moçambique. ■

Anne Guillaume-Gentil

DETEÇÃO POR SATÉLITE

Seguir a produção à lupa

Nos pequenos países produtores de açúcar, a diversidade de práticas culturais e a multitude de parcelas torna difícil estimar a produção. A solução está na utilização de satélites porque, graças às imagens transmitidas, fornecem indicadores sobre a vegetação. Estes índices permitem calcular o rendimento da cana à escala de cada parcela.

PREVISÕES ACESSÍVEIS

Ferramenta móvel para meteorologia agrícola

Kenya Agricultural and Livestock Research Organisation (KALRO) desenvolveu um serviço em tempo real de previsão meteorológica para agricultores. Depois de se registarem *online* ou num telefone móvel, os agricultores podem aceder a informação sobre as suas culturas e os riscos climáticos, incluindo previsões sazonais, mensais ou para cinco dias.

MELHORAR A QUALIDADE

Sacos plásticos reduzem perdas

Na Etiópia Oriental, onde é costume armazenar os grãos dos cereais no subsolo, mais de 3 500 famílias conseguiram reduzir as perdas de mais de 30% para apenas 2%, ao passarem a usar sacos de armazenamento feitos a partir de folhas de polietileno. Os grãos armazenados desta forma mantêm a sua qualidade nutricional e ficam protegidos do mofo por mais tempo.

FERRAMENTA INOVADORA

Novo aplicador de fertilizantes

Musenge Silwawa, do Centro de Formação em Horticultura da Zâmbia, desenvolveu uma aplicação simples para os fertilizadores. Os fertilizantes são distribuídos pela máquina a partir de um saco que é transportado nas costas do agricultor, que, na outra ponta, tem uma ferramenta para escavar. Com um movimento simples, esta máquina escava e liberta a quantidade definida de fertilizante no solo.

ARROZ

Stop às importações

Com o aumento da produção de arroz, em qualidade e em quantidade, o Governo do Senegal decidiu, este ano, limitar as importações deste cereal, que é o mais consumido pela sua população, a 500 000 toneladas. Perante uma produção estimada em 270 000 toneladas, este país da África Ocidental está em boa situação para atenuar a sua dependência de arroz importado.

TAXAS

Impulso ao biológico

A Ilha Maurícia isenta de taxas durante oito anos todas as empresas, locais ou estrangeiras, que produzam alimentos biológicos no país com o objetivo de proteger o ambiente e a saúde dos consumidores. A Maurícia tem como meta que a sua produção de legumes e frutos biológicos atinja os 50% até 2020.

PARA LÁ DO CUMPRIMENTO

Revisão dos requisitos do Comércio Justo

A Fairtrade Internacional reviu os seus requisitos de modo a fortalecer as exigências, aumentar a transparência e encorajar os importadores, exportadores e negociantes a aprofundarem o empenho na sustentabilidade das práticas comerciais. Um novo conjunto de melhores práticas voluntárias no abastecimento, capacidade de construir e performances ambientais estão ainda incluídas.

Agricultores compram sementes num revendedor de produtos agrícolas

SEMENTES

O índice que caracteriza o setor em África

O índice TASAI mostra o panorama das forças e das fragilidades do setor das sementes em África. Atualmente está em quatro países, mas em dois anos deverá chegar a vinte.

Ao constatar que a principal razão para a fragilidade permanente dos rendimentos em África é o difícil acesso às sementes melhoradas pelos pequenos agricultores, o Instituto Internacional para a Alimentação, Agricultura e Desenvolvimento (CIIFAD), da Universidade norte-americana de Cornell e a ONG Market Matters criaram o TASAI (Índice Africano de Acesso às Sementes). O objetivo é encorajar os Governos a criarem e a manterem um ambiente favorável ao desenvolvimento de sistemas sementeiros concorrenciais que respondam às necessidades das pequenas explorações agrícolas.

O TASAI consiste na cartografia das forças e das fraquezas deste setor nos países africanos, baseando-se em 16 indicadores agrupados em cinco categorias: a pesquisa e o desenvolvimento, a competitividade da indústria, os serviços disponíveis para os pequenos agricultores, a política para as sementes e regulamentação e o apoio institucional.

Numa primeira fase, o índice trabalha em quatro países – África do Sul, Quénia, Uganda e Zimbabué – com resultados bastante díspares. Na África do Sul, o setor das sementes vive numa eficaz concorrência, permitindo aos agricultores obterem novas variedades de sementes de forma mais célere (12 meses) que no Zimbabué (dois anos) ou que no Quénia e no Uganda (três anos). Mas, ao mesmo tempo, a África do Sul consegue piores resultados no que diz respeito à obtenção de sementes em pequenas quantidades, elemento que corresponde melhor às necessidades e às capacidades financeiras dos pequenos agricultores.

Se o Quénia está bem classificado na sua política para as sementes, já não acontece o mesmo com a sua política de combate às contrafações. Outro indicador importante é sobre o milho, mostrando o índice que, ao longo dos três últimos anos, a África do Sul colocou no mercado 221 variedades, o Quénia 35, o Zimbabué 28 e o Uganda 12. Nos próximos dois anos, o TASAI deverá cobrir 20 países. ■

Anne Guillaume-Gentil

RICA RECOMPENSA

Comercializar plantas locais no Zimbabué

Um programa de três anos para apoiar a produção e a comercialização, a formação dos agricultores e dos coletores, o comércio justo e a certificação orgânica em áreas rurais do Zimbabué, ajudou mais de 8 000 pequenos agricultores a comercializarem plantas normalmente ignoradas do ponto de vista comercial, incluindo, entre outras, o imbondeiro e a pimenta selvagem. Os rendimentos dos agricultores aumentaram de uma média de 25 € por mês para mais de 95 €, com a consequente diminuição da fome moderada ou severa de 23% em 2012 para 17% em maio de 2013. O programa terminou em dezembro de 2014, proporcionando claros benefícios ao dobro das pessoas inicialmente estimadas.

M. Makoni

Estas seis páginas foram elaboradas com textos de: **N. Ackbarally** (Maurícia), **M. Andriatiana** (Madagáscar), **B. H. Carreon** (Palau), **O. Issa** (Níger), **J. Karuga** (Quénia), **M. A. Konte** (Senegal), **P. Kouakou** (Costa do Marfim), **M. Makoni** (África do Sul), **S. Mbuguah** (Quénia), **C. Mkoka** (Malawi), **N. Mutemweno** (Zâmbia), **S. Norte** (Moçambique), **P. Sawa** (Quénia), **M. Waruru** (Quénia)

A agricultura não é só uma fonte de produção de alimentos, é também uma fonte de rendimentos para uma grande parte da população mundial. Pode ter um maior protagonismo na luta contra a subnutrição se a nutrição for plenamente integrada, com objetivos precisos, nas políticas agrícolas.

AGRICULTURA E NUTRIÇÃO

Reforçar as ligações

© CIAT/S. Malyon

17 | PONTO DE VISTA
Isatou Jallow:
A nutrição no quadro da segurança alimentar africana

18 | REPORTAGEM NO NÍGER
Quintais virtuosos

Vinte e dois anos depois da primeira Conferência Internacional sobre a Nutrição (CIN1), os cerca de 2 200 participantes da CIN2 não deixaram de salientar os progressos alcançados desde então – a população subalimentada diminuiu cerca de 20% – mas os desafios continuam a ser importantes perante o novo paradoxo do «duplo desafio», onde se conjugam simultaneamente subnutrição e sobrenutrição.

A comunidade internacional mobiliza-se cada vez mais a favor da nutrição. Em 2013, a Comissão Europeia fez da nutrição um objetivo de desenvolvimento, apelou a uma ação comum e comprometeu-se a atribuir 3,1 mil milhões € a favor da agricultura sensível à nutrição. Além disso, a UE e três instituições internacionais, entre elas o CTA, anunciaram na Conferência que estão a colaborar para promover uma agricultura que permita uma melhor nutrição.

Produzir mais diversificando

É indispensável aumentar a produção e a produtividade agrícolas, nomeadamente face ao crescimento demográfico. É uma vontade declarada por todos os Governos. No entanto, e é isto que é novo desde há alguns anos, é solicitado cada vez mais ao setor agrícola que seja mais sensível à nutrição. Porque aumentar a produção não rima automaticamente com redução da subnutrição. Por exemplo, na região de Sikasso, no Mali, coabita uma importante produção agrícola com taxas de subnutrição crónica nas crianças e jovens, tendo a ingestão de calorias origem principalmente nos cereais, ricos em hidratos de carbono, mas pobres em micronutrientes. O caso não é único.

Por conseguinte, o crescimento da produção deve contribuir mais para a segurança alimentar e nutricional da população. Uma das vias para aí chegar consiste em diversificar a produção agrícola, orientando-a para a horticultura e para as leguminosas, mas também para produtos lácteos, peixe, avicultura e pecuária.

Variedades de arroz biofortificado testadas num laboratório do CIAT. A biofortificação do arroz visa aumentar a nutrição e a segurança alimentar nos países ACP

Combater a subnutrição com os ovos

Para as famílias pobres da ilha Maurícia, o Movimento de Autossuficiência Alimentar (MAA) lança microprojetos de produção de ovos para combater a subnutrição. O ovo, na qualidade de alimento rico em proteínas, é um excelente substituto para a carne, demasiado cara para estas famílias. Por outro lado, dá resposta às carências em ferro e proteínas, observadas nomeadamente nas crianças.

O MAA oferece galinheiros que podem conter, cada um, cinco a seis galinhas poedeiras, oferece alimentos para as alimentar e dá formação às populações sobre as técnicas para criar galinhas e comercializar os ovos. Estes destinam-se essencialmente ao autoconsumo, mas as famílias também vendem os excedentes aos vizinhos a melhor preço do que o praticado no comércio. «Graças à formação, os beneficiários chegam muitas vezes a desenvolver os seus projetos, chegando até cinquenta poedeiras, o que lhes dá diariamente cinquenta ovos», refere Eric Mangar, responsável pelo MAA.

Estes microprojetos motivam frequentemente o conjunto dos membros da família, mas sobretudo as crianças, que gostam de tratar dos galinheiros, de recolher os ovos todas as manhãs e de manter o registo das contas. Constituem também uma atividade económica importante, oferecendo a oportunidade às famílias pobres de se lançarem na criação de animais em pequena escala.

Nasseem Ackbarally

© CIAT/N. Palmer

Diversificar as culturas permite igualmente melhorar a fertilidade e a estrutura dos solos, introduzir novas práticas agrícolas mais sustentáveis e diminuir os riscos para os agricultores, melhorando os seus rendimentos.

Explorar a biodiversidade

A natureza está cheia de espécies nutritivas pouco exploradas, esquecidas ou ainda ameaçadas pelas alterações climáticas, pela desflorestação ou pelos incêndios florestais. Em África existirão cerca de 400 espécies de legumes tradicionais, produtos hortícolas folhosos que para alguns têm um elevado valor nutritivo, muitas vezes desconhecido.

Uma das formas de resolver as deficiências em nutrientes consiste em apostar nestes legumes tradicionais. É o caso da moringa, cujas folhas ricas em vitaminas, minerais e proteínas são secadas e moídas para utilização em molhos (ver caixa). Nas ilhas do Pacífico, os espinafres-da-nova-zelândia também contêm nutrientes em abundância ou ainda o fruto da árvore-pão, cultivada no Pacífico e nas Caraíbas, muito nutritivo em calorias, vitaminas A, B e C, fósforo e ferro.

Apostar nos legumes, tradicionais ou não, é também uma forma de lutar contra a obesidade nas ilhas do Pacífico e nas Caraíbas, onde o consumo de alimentos transformados, ricos em calorias e pobres em nutrientes e principalmente importados, é importante.

Após campanhas de promoção e de sensibilização, nos últimos anos assiste-se a um grande interesse pelos legumes tradicionais. Na Tanzânia calcula-se que 70% dos legumes cultivados e comercializados nas zonas rurais e suburbanas são legumes tradicionais, enquanto no Quénia o crescimento do mercado destes legumes foi de 135% entre 2002 e 2006.

A biofortificação em expansão

A biofortificação dos alimentos de base pode constituir uma solução para as carências nutricionais. Estão em curso numerosas pesquisas para enriquecer em nutrientes as variedades locais de cereais e leguminosas. A HarvestPlus, uma aliança mundial que pretende reduzir as carências em micronutrientes, bem como 60 parceiros em todo o mundo, trabalham no desenvolvimento das culturas biofortificadas. Atualmente, cerca de 10 milhões de pessoas em zonas rurais cultivam e comem alimentos biofortificados e o seu estado nutricional melhorou, de acordo com a HarvestPlus. A batata-doce com polpa alaranjada, rica em betacaroteno, é um dos exemplos de maior sucesso. É cultivada por oito países africanos e os estudos confirmam a sua eficácia. Um feijão de alto rendimento enriquecido em ferro já foi introduzido na RDC, no Ruanda e no Uganda, enquanto a Nigéria aposta na mandioca fortificada em betacaroteno. Há outras culturas envolvidas, como a banana, o trigo, o milho ou ainda o arroz.

Todavia, a biofortificação exige dos pequenos agricultores um investimento à partida em novas sementes que têm de ser adaptadas às condições locais e ser rentáveis. Os custos recorrentes devem, no entanto, permanecer razoáveis. Se as variedades biofortificadas incidem nas culturas alimentares de base e, portanto, em alimentos familiares, pode colocar-se o problema da aceitação pelas populações. Por último, as tecnologias utilizadas para criar novas variedades podem apelar, em certos casos, aos OGM e colocam também a questão da apropriação das sementes e do reforço das capacidades dos organismos de investigação locais.

Desenvolver a cadeia de valor

Face à urbanização e às alterações de estilo de vida, os agricultores, pequenos e grandes, têm de se adaptar a estas transições dos regimes alimentares. Pode tratar-se, simplesmente, de facilitar o acesso das populações urbanas aos frutos e legumes frescos, como propõe o projeto «Empregos verdes» na Nigéria (ver reportagem da *Esporo* n.º 126), ligando mais diretamente os produtores ao mercado. Ou pode ser transformando ▶

▶ ou acondicionando. É o caso da empresa Fasopro, que desde 2014 comercializa sacos de lagartas frescas de karité, ricas em proteínas, ferro e Ómega 3, que contribuem para combater a subnutrição. Muito apreciadas no Burquina Faso, as lagartas esterilizadas podem ser consumidas ao longo de todo o ano. Ou pode ainda ser enriquecendo os alimentos na sua transformação. É cada vez maior o número de países, nomeadamente da CEDEAO, que obrigam a fortificar a farinha com ácido fólico ou a enriquecer o óleo vegetal refinado com vitamina A.

Além disso, ao longo de toda a cadeia de valor, é preciso preservar o valor nutritivo dos alimentos e limitar os desperdícios. Em muitos países a falta de armazenamento, de refrigeração ou mesmo a insuficiência de infraestruturas de transporte, conduzem à perda total de muitos alimentos, desde legumes aos frutos, passando pelo peixe.

Educar e centrar-se

A insegurança alimentar e a carência de nutrientes são fenómenos que ocorrem principalmente nos países em desenvolvimento. Focar-se nos mais vulneráveis e mais pobres faz parte integrante da luta contra a subnutrição. Do mesmo modo, é benéfico adotar uma política do género que favoreça a autonomização das mulheres no setor agrícola, porque isso tem impacto na produtividade agrícola, tendo em conta que é através das mulheres que se chega mais facilmente ao núcleo das famílias em tudo o que diz respeito à alimentação, à educação e à saúde das crianças. Para isso, as campanhas de sensibilização têm um papel importante a desempenhar, podendo ser divulgadas nas rádios locais, em feiras, nas escolas, etc.

A carência em vitamina A, muito espalhada pelo mundo, é uma das principais da cegueira. A batata-doce cor de laranja, rica em betacaroteno, permite aumentar os níveis de vitamina A e lutar contra a malnutrição

A malnutrição, o estado das situações

795 milhões de pessoas sofrem de malnutrição crónica:
- 220 milhões na África Subsaariana
- 7,5 milhões nas Caraíbas

600 milhões adultos obesos

2 mil milhões de pessoas sofrem de «fome escondida» (carência de nutrientes)

UMA POLÍTICA AGRÍCOLA SENSÍVEL À NUTRIÇÃO

- Incorporar objetivos claros sobre a nutrição
- Elaborar indicadores de seguimento
- Reforçar as capacidades humanas e institucionais

A CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA PARA A NUTRIÇÃO AO NÍVEL DOS RENDIMENTOS

- DESENVOLVER A CADEIA DE VALOR
- EXPLORAR A BIODIVERSIDADE
- VISANDO OS MAIS VULNERÁVEIS
- AUMENTAR E DIVERSIFICAR A PRODUÇÃO
- VISANDO OS PEQUENOS PRODUTORES E EM PARTICULAR AS MULHERES

Fontes: FAO, FIDA, OMS, PAM

São muitas as ações que visam os mais vulneráveis, seja individualmente, seja nas comunidades. No Ruanda, por exemplo, o programa «Uma vaca por família» já beneficia mais de 100 000 famílias: consiste em distribuir uma vaca às famílias pobres ou vulneráveis que vivem com menos de 0,7 ha. Nas comunidades, a multiplicação das hortas por toda a África conduz a uma maior capacidade nutricional graças à cultura de frutos e legumes para serem consumidos na família, mas cujos excedentes podem ser comercializados, melhorando assim os rendimentos (ver a nossa reportagem no Níger). Outro exemplo são os programas de alimentação escolar, implementados nomeadamente pelo PAM, porque são um meio de assegurar aos estudantes uma refeição todos os dias, mas também uma forma eficaz de sensibilização para a nutrição, nomeadamente através da criação de uma horta nas escolas. Estes programas também se apoiam, na medida do possível, na produção local, melhorando assim a situação económica dos pequenos produtores e da comunidade no seu conjunto.

Políticas agrícolas sensíveis à nutrição

A nutrição ainda está pouco presente ou nem sequer está presente nas políticas agrícolas, que se preocupam mais com a produção e a produtividade. É uma das conclusões de uma avaliação das políticas agrícolas de 15 países africanos e dos planos de 18 países africanos no quadro do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), liderado pela ONG Save the Children. Todavia, nove dos 18 CAADP especificam como objetivo a melhoria da nutrição. Mas poucos integram objetivos específicos acompanhados de indicadores nutricionais e de consumo alimentar. Mas é isso que acontece, pelo contrário, com o Burundi e a Etiópia, que indicam que o atraso de crescimento das crianças deve ser reduzido em 3%. Apresentar um objetivo específico permite criar indicadores de acompanhamento e assim medir os resultados e prestar contas.

Em paralelo, os recursos humanos do setor agrícola devem ser reforçados na questão da nutrição. No Burquina Faso são integrados cursos de nutrição nas formações nacionais em Agronomia. No Quénia foi criada uma secção de Economia Doméstica no âmbito do Ministério da Agricultura, que está encarregada de criar o mandato nutricional do Ministério.

A comunidade internacional atribui cada vez mais importância à nutrição e admite que ela seja apreendida de maneira multissetorial, com uma abordagem coordenada e ao longo do tempo. Os ministérios da Agricultura devem desempenhar plenamente o seu papel, desenvolvendo pontes com os outros ministérios, participando nas estruturas de coordenação intersetorial, elaborando e integrando indicadores nutricionais na sua política agrícola.

A CIN2 adotou a Declaração de Roma que inclui 60 medidas para lutar contra todas as formas da subnutrição. Na sequência da conferência, a FAO criou um fundo de afetação especial a favor da nutrição e integrou a nutrição como tema transversal no quadro estratégico revisto da organização. As explorações agrícolas familiares parecem ser a melhor garantia para difundir a noção de uma agricultura preocupada com a nutrição, explorando ao mesmo tempo de maneira sustentável a riqueza da biodiversidade. A agenda da agricultura familiar junta-se assim à da nutrição. ■

Anne Guillaume-Gentil

Ponto de vista

© WFP/R. Skullerud

Isatou Jallow é consultora principal para a nutrição e parcerias e diretora do Programa de Segurança Alimentar e Nutrição da NEPAD.

A nutrição no quadro da segurança alimentar africana

O que fez a NEPAD para integrar a nutrição nos procedimentos do CAADP dos países?

A Iniciativa de Desenvolvimento da Capacidade Nutricional do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) foi lançada em 2011. Isto revelou que a nutrição não tinha sido bem integrada nos sistemas nacionais do CAADP. Foram organizados grupos de trabalho sobre o desenvolvimento da capacidade regional e as equipas nacionais multissetoriais de 49 países desenvolveram roteiros para colmatar esta insuficiência. Mas a integração da nutrição nos NAFISPS não foi suficiente. São necessários recursos financeiros e uma capacidade nacional adequada.

Quais são os principais indicadores de monitorização da nutrição no âmbito do CAADP?

De acordo com o Relatório sobre a Nutrição Mundial de 2014, só dois dos 54 países de África estão em condições de responder aos objetivos de redução da anemia nas mulheres. É necessário agir no sentido de melhorar a situação nutricional das mulheres em idade de reprodução, das raparigas adolescentes e das crianças com menos de cinco anos.

Como superar a desconexão entre agricultura e nutrição?

Precisamos de nos centralizar mais no «como» e disponibilizar recursos para colmatar esta lacuna. A Fase 2 da Iniciativa de Desenvolvimento da Capacidade Nutricional do CAADP será desenvolvida e implementada através das Comunidades Económicas Regionais. O Programa *Home-Grown School Feeding*, uma iniciativa bandeira da NEPAD, que beneficia os pequenos agricultores, essencialmente mulheres, vai tornar-se num programa continental. A Jornada Africana sobre Segurança Alimentar e Nutricional será a nossa plataforma de defesa em prol da promoção do elo agricultura-nutrição e o brevemente revisto e renomeado Pilar III, Quadro para a Segurança Alimentar e Nutricional Africana, será lançado e executado com o apoio dos nossos parceiros.

REPORTAGEM NO NÍGER

Quintais virtuosos

No Níger, um quintal comunitário, explorado por uma cooperativa feminina, permite diversificar e melhorar o regime alimentar das populações. É também uma possibilidade de gerar rendimentos suplementares. Um círculo virtuoso.

Em Guilladjé, pequena aldeia do sudoeste nigeriano da região de Dosso, a alimentação diária de numerosas famílias registou uma melhoria qualitativa nos últimos anos graças a um quintal comunitário. Com uma superfície de cerca de 5 ha, este quintal é explorado pela cooperativa feminina da aldeia, com o apoio de uma ONG local especializada em hidráulica e segurança alimentar, a Organização Nigerina para a Promoção da Hidráulica e do Desenvolvimento de Base (ONPHDB). A ideia de criar este quintal em benefício das mulheres aldeãs teve origem nas crises alimentares cíclicas com que se encontra confrontado o Níger e que afetam as populações rurais, cuja alimentação depende exclusivamente das culturas pluviais, frisa Boureïma Garba da ONPHDB.

Lutar e diversificar

O quintal comunitário tem um duplo objetivo: diversificar o modo de produção alimentar dos habitantes de Guilladjé, a fim de reduzir a sua dependência das culturas pluviais, que são por definição aleatórias, e, ao mesmo tempo, lutar contra a desnutrição que afeta gravemente as crianças num país onde o milho-miúdo

© ONPHDB/B. Garba

O chefe da aldeia colocou à disposição da cooperativa feminina um terreno para cultivarem legumes e frutos, essenciais para uma melhor alimentação

constitui a principal alimentação de base. A adesão dos aldeões à iniciativa foi unânime.

«Para concretizar o projeto, a ONG contactou o chefe da aldeia que pôs um campo gratuitamente à disposição da cooperativa feminina», explica Daouda Abdou, Vice-Presidente da Câmara Municipal do concelho rural de Guilladjé. Resolvida a questão da terra, a ONPHDB cercou o local com uma rede, construiu um poço moderno para facilitar o acesso à água e forneceu material agrícola e sementes, criando assim as condições para aumentar a produção. Melhor ainda, pôs à disposição da cooperativa um técnico agrícola para prestar assistência e melhorar a produtividade.

O quintal comunitário é explorado por cerca de trinta mulheres, que produzem aí diversas espécies de legumes (couve, tomate, cenoura, pepino, quiabo, pimento, feijão-verde), de tubérculos (batata, batata-doce, mandioca), de frutos (melão, melancia), moringa, etc., sob controlo do agente assistente.

Oumou Seydou, presidente da cooperativa, explora uma parcela de terra de cerca de 300 m² no local, ajudada pelas três filhas. «Desde que começámos a explorar este quintal, os hábitos alimentares mudaram radicalmente na aldeia. Antes, as duas refeições diárias, nas famílias que conseguiam ainda fazê-lo, eram invariavelmente uma boroa de milho-miúdo, na maioria das vezes sem leite, para o almoço, e massa com molho à base de folhas de baobá e de *soumbala* para o jantar», sublinha Oumou Seydou. «Hoje, os legumes, tubérculos e frutos que produzimos permitem-nos diversificar a nossa alimentação e também ganhar algum dinheiro com a venda de uma parte da produção», conclui.

«A boroa de milho-miúdo deixou de ser o único alimento invariavelmente servido ao longo do dia. Podemos também preparar guisados de batata, de batata-doce ou de mandioca, porque dispomos dos condimentos necessários. Temos também couves, feijão-verde e folhas de moringa que servem para preparar iguarias muito nutritivas», acrescenta Mariama Sambo, sem esquecer os frutos ricos em calorias e vitaminas complementares.

A boa gestão das poupanças

O excesso de produção é vendido nos mercados locais. Os rendimentos angariados permitiram a algumas dessas mulheres lançar-se na pequena criação de animais e na avicultura. «No início comprei duas cabras, uma galinha e ovos de galinha-do-mato com as economias realizadas no segundo ano de exploração da minha parcela. Atualmente, tenho dez cabras, que me dão o leite, e galinhas-do-mato que produzem ovos durante a estação das chuvas», descreve Oumou, satisfeita com as suas realizações. Em caso de declínio das vendas, os produtos são conservados graças às técnicas de secagem aprendidas pelas exploradoras.

O sucesso da iniciativa na luta contra a desnutrição favoreceu a sua multiplicação em numerosas regiões do país por ONG nacionais e internacionais, como a Care, a Action Contre la Faim, a Save The Children, etc. Alguns destes quintais estão equipados com o sistema de irrigação gota a gota criado em 2010 por investigadores do Instituto Internacional de Investigação sobre as Culturas das Zonas Tropicais Semiáridas (ICRISAT). Este sistema fomentou uma verdadeira dinâmica no desenvolvimento de quintais ditos «africanos» em vários países do Sahel. «Perto de 7 000 pequenas explorações, situadas numa centena de comunidades do Benim, Burquina Faso, Níger e Senegal, foram dotadas do sistema inovador de irrigação para produzir melhor, dispor de uma alimentação equilibrada e ganhar dinheiro», segundo o ICRISAT. ■

Ousseini Issa

© ONPHDB/B. Garba

Graças aos excedentes de produção vendidos nos mercados locais, as mulheres da cooperativa obtêm rendimentos

AVES

Ovos: uma excelente oportunidade

Com muitos minerais e vitaminas essenciais necessários a um regime alimentar saudável, os ovos são uma fonte disponível e acessível de proteínas de elevada qualidade. A produção crescente de ovos de qualidade para os mercados locais está a incentivar esforços integrados para fornecer alimentação aviária e frangos destinados à postura.

São produzidos todos os anos no mundo cerca de 65 milhões de toneladas de ovos, 65% dos quais provêm de médios e grandes produtores comerciais, segundo o *Worldwatch Institute*. Sistemas de quintais são também empresas agrícolas valiosas com pouco risco para os pequenos produtores agrícolas. Quem tem poucos recursos pode manter poucas galinhas, alimentadas em grande parte com a sua própria forragem, para produzirem ovos e carne para o agregado familiar. Todavia, muitos países em desenvolvimento estão a trabalhar na expansão do seu setor comercial de aves de capoeira e desenvolvem sistemas de custo eficaz, que podem competir com os ovos a baixo custo importados de nações desenvolvidas (por exemplo, da UE para África e dos Estados Unidos para as Caraíbas).

Há exemplos de sucesso no desenvolvimento do setor aviário em todas as regiões dos países ACP. No norte do Ruanda, onde as taxas de malnutrição crónica são elevadas (mais de 40%), foram criadas explorações avícolas para produzir ovos suficientes para todas as crianças com menos de cinco anos poderem comer um ovo cozido todos os dias. De mesmo modo, ao fornecerem um rendimento às pessoas empregadas nas explorações avícolas, os ovos transformam a saúde das crianças em idade pré-escolar, que assim comem alguns, se houver produção. Nas Caraíbas, a produção avícola é vital para a segurança alimentar na região. Nos últimos anos, tem-se fomentado o crescimento do setor, embora, apesar disso, se continue a importar grandes quantidades de carne de frango, ovos e produtos derivados do ovo.

Bater a concorrência

Em produção de ovos, a Jamaica é o maior fornecedor da região CARICOM, fornecendo mais de 80% da produção regional total. Com um pouco mais de 2 000 pequenas explorações e 100 grandes instalações, a indústria produziu mais de 130 milhões de ovos em 2014; a importação de ovos só é hoje necessária se a produção local for prejudicada na época dos furacões. O Presidente da Associação de Produtores de Ovos da Jamaica, Roy Baker, atribui este sucesso à reestruturação da indústria, que incluiu a modernização dos seus sistemas de produção, a conformidade com as normas e a construção de uma fábrica de ovos líquidos. Criada em 2007, esta fábrica foi construída para responder à procura dos setores hoteleiro e da alimentação comercial, que antes preferiam importar produtos. Todavia, os custos de produção de ovos de mesa continua a ser um desafio para muitos produtores devido ao custo da alimentação, que é praticamente toda importada.

No norte de Moçambique, para poder competir com ovos de fraca qualidade importados dos países vizinhos, a Mozambique Fresh Eggs (MFE) utiliza um modelo singular através do qual as pequenas explorações avícolas utilizam entre 500 a 1 000 galinhas poedeiras especiais, fornecidas por um centro de incubação local. A terra ao redor do centro de incubação é utilizada para plantar soja e milho, que servirá para alimentar as galinhas, e é fertilizada com estrume de galinha. Os ovos são colhidos nas explorações e transportados

Um vendedor de ovos num mercado moçambicano

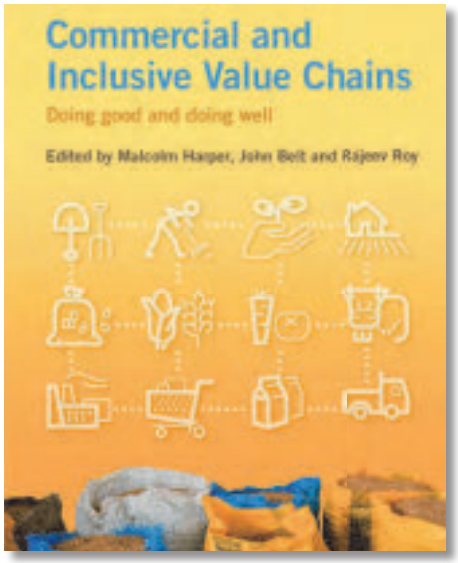
para o mercado pela empresa filial. A MFE está atualmente a trabalhar na expansão do seu modelo com um objetivo de produzir localmente a maioria dos ovos consumidos na região.

No Pacífico, Tonga é amplamente autossuficiente em ovos, embora a produção seja sazonal e dependa da temperatura. Em períodos de pouca produção, os ovos são importados da Nova Zelândia. O mercado nacional é dominado pelo maior produtor comercial de ovos e frangos de Tonga, que contribui com cerca de 80% da produção, vendendo a supermercados e a retalhistas mais pequenos. A empresa importa correntemente da Nova Zelândia pintos do dia e alimentação, sendo alguns revendidos a outras explorações avícolas e a pequenos agricultores. Embora a empresa esteja interessada no desenvolvimento de uma cadeia de valor mais integrada e na criação de um centro de incubação de frangos, reconhece, no entanto, que isto implicará custos e desafios consideráveis, não sendo o menor a possibilidade de metade dos pintos serem machos. ■

Susanna Thorp

Ver também a Esporo 124: Integrar criação e alimentação avícolas.

Fatores de sucesso



Commercial and Inclusive Value Chains: Doing well and doing good
Editores: Malcolm Harper, John Belt e Rajiv Roy
Practical Action, 2015, 198 págs.
ISBN 978-178-044-867-1
19,95£ · 27 €
CTA n.º **1841**
20 unidades de crédito

Pode ser transferido como ficheiro PDF a partir de:
http://tinyurl.com/nf8vrwm

@ Este relato de 15 cadeias de valor lucrativas e inclusivas em África e na Ásia examina os fatores que estão na base do êxito e da sustentabilidade das cadeias de valor. Em vez de se centrarem em cadeias de grande dimensão, dirigidas por empresas internacionais, os autores procuraram documentar cadeias menos conhecidas dirigidas por pequenas empresas. Entre os exemplos inclui-se o fabrico de cerveja de banana na Tanzânia e a produção de arroz no Malawi, de feijão-verde no Senegal e de revestimentos de fogões no Quénia. Em cada caso, a força impulsionadora da cadeia foram empresários orientados para o lucro, em contraste com cadeias orientadas para o desenvolvimento, promovidas por ONG ou entidades estatais, que frequentemente não subsistem quando acaba o apoio externo.

Retirando lições em conjunto dos estudos de casos, os editores concluem que se contribui para o sucesso das cadeias de valor quando os «microparticipantes», como os pequenos agricultores, estão envolvidos em atividades familiares e precisam de pouca ou nenhuma formação para participarem na cadeia. Igualmente importante é que muitos participantes na cadeia tenham acesso a mercados alternativos de valor semelhante, o que minimiza o risco de monopólio e de exploração. Cada cadeia de valor ajuda muitas pessoas pobres a melhorarem os seus meios de subsistência, frequentemente de modo mais sustentável do que outros tipos de projetos de desenvolvimento e sem custos para os doadores, para as ONG ou para os Governos. Além disso, as cadeias dirigidas por pequenas empresas muitas vezes conseguem maior compatibilidade com os produtores mais pequenos e mais fracos, iniciando com eles relações comerciais equilibradas.

O potencial e as limitações das cadeias de valor no contexto do desenvolvimento de pequenas explorações são atualmente um tema quente, com alguns a considerá-las uma panaceia para o progresso, enquanto outros adotam uma posição mais cautelosa. Este excelente relato de cadeias de valor dirigidas por pequenos empresários dá um contributo oportuno e bem informado para essas discussões e merece ser amplamente lido.

Recursos sobre a água

Em parceria com a Global Water Initiative (GWI), a Inter-réseaux selecionou um conjunto de informações e de documentos sobre a irrigação na África Ocidental. Aos documentos transversais sobre os desafios da irrigação juntam-se os grandes temas, como as grandes barragens, a pequena irrigação, os serviços e apoios aos agricultores de regadio, o fundiário e estudos de países.

Inter-réseaux, bulletin de veille no. 260 spécial irrigation, avril 2015
Pode ser transferido como ficheiro PDF a partir de:
http://tinyurl.com/pnd99mp

Revisão de políticas

Ao rever as principais questões, desenvolvimentos e decisões de 2014 relacionadas com as políticas alimentares e salientando os desafios e as oportunidades para 2015, este importante relatório do IFPRI oferece uma análise oportuna e especializada. Os temas incluem ajudar as pequenas explorações familiares a passarem para a produção comercial (ou então ajudá-las a abandonarem totalmente o setor), proteção social para os pobres rurais, redução e gestão das crises alimentares, a importância da higiene para a nutrição e o aumento da aquicultura.

2014-15 Global Food Policy Report
IFPRI, 2015, 139 págs.
ISBN 978-0-89629-575-9
Pode ser transferido como ficheiro PDF a partir de:
http://tinyurl.com/pydecl8

Gerir as deslocações das pessoas

Land Access and Resettlement: A guide to best practice
Autores: Gerry Reddy, Eddy Smyth e Michael Steyn
Greenleaf, 2015, 425 págs.
ISBN 978-1-78353-213-1
31,99£ · 40 €
Green Leaf Publishing Ltd,
Aizlewood's Mill,
Nursery Street, Sheffield
S3 8GG, Reino Unido
http://www.greenleaf-publishing.com/

■ A deslocação de comunidades, por exemplo para dar lugar à extração de minerais ou a grandes projetos de infraestruturas, como barragens, está sujeita a uma atenção e pressão crescentes para que seja feita corretamente. Os projetos mal planeados subestimam muitas vezes os impactos sociais e podem ter um efeito devastador nas comunidades. Para as empresas, o facto de o processo ser conduzido de forma incorreta pode gerar protestos, atrasos e aumentos de custos, bem como prejuízos em termos de reputação.

Este guia completo, escrito de forma clara e extremamente prática sobre o acesso à terra e o realojamento, consegue desmistificar o processo, apresentando um forte argumento para que seja feito corretamente e extraindo lições de uma série de experiências de projetos no mundo em desenvolvimento. É escrito por e para profissionais, que indicam os passos a dar e os instrumentos a utilizar no planeamento, na implementação e na revisão dos projetos de realojamento e como evitar as ciladas habituais no percurso. Os capítulos incluem a discussão sobre o envolvimento dos interessados, os quadros de indemnizações e o planeamento e a implementação tanto do realojamento físico como da restauração do modo de vida.

Instrumento de análise

As cadeias de valor de produtos hortícolas e outros produtos de elevado valor das ilhas do Pacífico obtiveram muitas vezes sucesso a curto prazo, mas faltou-lhes sustentabilidade. Este guia aponta as inúmeras oportunidades para reduzir os fracassos e aumentar os sucessos, a fim de conseguir aumentos de rendimento sustentáveis para as cadeias de valor participantes. Visa as cadeias de valor membros e as organizações que as apoiam.

Agricultural Value Chain Guide for the Pacific Islands
Autor: Koko Siga Pacific
CTA, 2014, 134 págs.
CTA n.º **1837**
Pode ser transferido como ficheiro PDF a partir de:
http://tinyurl.com/purmxbb

Conselhos práticos sobre a pastorícia em África

Des troupeaux en mouvement vers des marchés en mouvement
Créer des marchés profitables pour les éleveurs africains
CTA, IIRR, 2015, 222 págs.
CTA n.º 1822
20 unidades de crédito
ISBN 978-92-9081-575-4
Pode ser transferido como ficheiro PDF a partir de:
http://tinyurl.com/pdcv373

@ A pastorícia permite a milhões depessoas viverem em África, muitas vezes num ambiente hostil. Se é difícil apreender o conjunto da fileira dos criadores-pastores, por definição móveis, a sua contribuição económicaé inegavelmente muito importante. Nos países do Sahel, como o Burquina Faso, o Mali ou o Níger, a criação de gado representa entre um terço e metade do PIB agrícola. O gado também é um dos principais produtos de exportação, quer seja vendido vivo, nomeadamente nos países vizinhos costeiros da África Ocidental, quer transformado. A indústria do couro na Etiópia constitui um escoamento importante.

Resultado de 15 estudos realizados em nove países e preparado em colaboração através de um ateliê de escrita, a obra do CTA apresenta a pastorícia em África e identifica os problemas que se deparam aos criadores-pastores na comercialização do seu gado e respetivos subprodutos (carne, leite, couro e peles), a fim de identificar melhor as boas práticas e dar soluções para enfrentar os desafios com que estão confrontados. Estes conselhos práticos dirigem-se a um amplo conjunto de atores, como os Governos, os financiadores, o setor privado e os próprios criadores.

Para além dos criadores de gado, são também abordadas todas as cadeias de valor do gado, desde o negociante aos transformadores, passando pelos prestadores de serviços.

Ponto da situação

No âmbito da iniciativa ASTI (Indicadores relativos às Ciências e Tecnologias Agrícolas), gerida pelo Instituto Internacional de Investigação sobre as Políticas Alimentares, são elaboradas fichas que fornecem informações fiáveis sobre as capacidades e os investimentos consagrados à investigação e ao desenvolvimento agrícola dos países em desenvolvimento.

ASTI, fiches pour pays
Pode ser transferido a partir de:
http://tinyurl.com/qehhlt2

Como proteger os migrantes ambientais?

Mobilité humaine et environnement
Du global au local
Coordenadoras: Christel Cournil e Chloé Vlassopoulos
Éditions Quae, abril de 2015, 416 págs.
ISBN 978-2-7592-2331-2
45 €
Éditions Quae
RD 10
78026 Versailles Cedex, França
Tel: +33 (0) 1 30 83 35 48
Fax: +33 (0) 1 30 83 34 49
E-mail: serviceclients@quae.fr
www.quae.com

A mobilidade humana e os movimentos migratórios, designados por vezes «refugiados ambientais», são hoje em dia uma realidade. O relatório de 2013 do Centro de Acompanhamento das Deslocações Internas (IDMC) calcula que entre 2008 e 2012, na sequência de catástrofes naturais, foram deslocados todos os anos de 16 a 42 milhões de pessoas. Frequentemente as alterações ambientais produzem efeitos nas sociedades humanas mais vulneráveis, fragilizando-as pelo facto de as obrigar a deslocar-se para assegurar a sua sobrevivência.

A primeira parte desta obra coletiva evoca os diferentes instrumentos que permitem uma gestão das migrações ambientais, dando relevo ao potencial, mas igualmente aos desafios destes instrumentos jurídicos. Numa segunda parte são apresentados os diferentes tipos de mobilidades e de deslocações ambientais nos países em desenvolvimento e nos países desenvolvidos. São analisados através de uma série de estudos locais realizados em todo o mundo (Burquina Faso, França, Geórgia, Golfe de Aden, Turquia, etc.) e mostram-nos o grande conjunto de causas políticas, socioeconómicas e ambientais destas deslocações das populações, sejam internas ou internacionais, voluntárias ou forçadas, definitivas ou temporárias.

Comércio: uma corrida de obstáculos

África tem pouco peso no comércio mundial. Além disso, contrariamente à zona da UE ou aos países asiáticos, as trocas comerciais interafricanas estão pouco desenvolvidas, situando-se em torno dos 12%. Ora para a revista *Passerelles*, se África estivesse mais integrada melhoraria o seu desempenho económico. Para isso é preciso acabar com os numerosos obstáculos ao comércio.

Renforcer la compétitivité en Afrique de l'Ouest
Passerelles, vol. 16, n.º 1, março de 2015
Pode ser transferido a partir de:
http://tinyurl.com/pxcq3fd

Solos preciosos

Les sols ont-ils de la mémoire : 80 clés pour comprendre les sols
Autores: Jérôme Balesdent, Etienne Dambrine e Jean-Claude Fardeau
Éditions Quae, maio de 2015, 176 págs.
ISBN 978-2-7592-2308-4
20 €

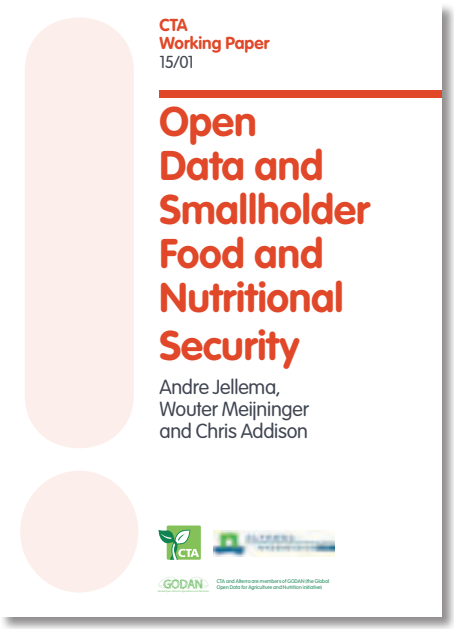
«As múltiplas funções dos solos passam muitas vezes despercebidas. Eles não têm voz e poucas pessoas se exprimem em seu nome. Os solos são nossos aliados silenciosos na produção alimentar», disse José Graziano da Silva, diretor-geral da FAO. Neste Ano Internacional dos Solos, esta obra, que se desdobra em 80 perguntas, fornece de uma forma pedagógica os elementos dos conhecimentos atuais sobre a física, a química, a biologia e a ecologia dos solos. Desde a primeira pergunta («O que é um solo?») até à última («A caminho de uma cultura sem solo?»), o leitor toma consciência da importância do solo, recurso indispensável e não renovável a curto e a médio prazo, não apenas para alimentar o planeta, mas igualmente como fonte de biodiversidade, para combater os efeitos das alterações climáticas ou ainda para gerir a água. Local de vida, os solos enfrentam numerosas ameaças como a erosão, a salinização, a perda de matérias orgânicas e de biodiversidade, as inundações, a poluição... As 80 perguntas articulam-se em torno de cinco grandes temas: entressolo e subsolo; o solo vivo; solo e agricultura; solo, riscos e clima e as metamorfoses do solo.

Sustentabilidade da pesca artesanal

Cerca de 90% do número total de pessoas que dependem diretamente da pesca de captura trabalham na pesca artesanal. Ora, até à criação das diretivas destinadas a assegurar a sustentabilidade da pesca artesanal – diretivas que completam o Código de Boa Conduta para uma Pesca Responsável, editado em 1995 pela FAO – não existia qualquer instrumento internacional sobre este setor determinante para a segurança alimentar. A lacuna está colmatada.

Directives d'application volontaire visant à assurer la durabilité de la pêche artisanale dans le contexte de la sécurité alimentaire et de l'éradication de la pauvreté
FAO, 2015, 30 págs.
ISBN 978-92-5-208704-5
Pode ser transferido como ficheiro PDF a partir de:
http://tinyurl.com/nzghw5m

Impacto limitado



Open data and smallholder food and nutritional security
Autores: Addison, C., Jellema, A. e Meijninger, W.
CTA, 2015, 46 págs.
CTA Working Paper series
CTA n.º **1842**

Pode ser transferido como ficheiro PDF a partir de:
http://tinyurl.com/nc2f64x

@ A crescente disponibilidade de «dados abertos», provenientes por exemplo de Governos, agências meteorológicas e baseadas em satélites, organizações científicas, ONG e empresas, está a transformar a quantidade de informação no domínio público, permitindo eventualmente uma análise mais profunda e mais oportuna das tendências atuais em muitos setores. Mas em que medida é que estes dados têm, de facto, impacto na segurança alimentar e nutricional dos pequenos agricultores no mundo em desenvolvimento? Este trabalho de pesquisa examina esse impacto e salienta algumas áreas em que não estão a ser concretizadas as oportunidades potenciais.

Em termos gerais, o impacto direto dos dados abertos é menor do que talvez devesse ser. Os dados mais importantes para os pequenos agricultores estão ligados às previsões meteorológicas, mas mesmo aqui a sua aplicabilidade à dimensão das pequenas explorações é fraca e muitos agricultores têm de se esforçar para aceder às informações. O maior potencial parece residir na recolha de informações por empresas de telefones móveis, que poderia sustentar um melhor aconselhamento da produção e cadeias de valor, serviços e uma gestão mais fortes.

▼ Aumentar a resiliência

O facto de ter uma variedade de culturas e de gado numa exploração agrícola e mesmo uma diversidade de variedades numa única cultura, pode funcionar como seguro contra a perda de uma colheita em caso de um choque climático, um pico de altas temperaturas, geada ou seca. Plantar espécies adaptadas localmente, como produtos hortícolas de folha verde no Quénia, é outra estratégia salientada neste resumo de como a diversidade em explorações e paisagens pode reforçar tanto os esforços de adaptação como de mitigação perante as alterações climáticas.

What can agricultural biodiversity do in the fight against climate change?
Bioversity International, 2015, 2 págs.

Pode ser transferido como ficheiro PDF a partir de:
http://tinyurl.com/osahz6n

▼ Fatores de adoção

Baseado em inquéritos feitos a mais de 700 homens e mulheres em duas zonas do Quénia, este documento de trabalho analisa os fatores associados à adoção de uma vasta gama de práticas agrícolas inteligentes em termos climáticos (CSA), a fim de melhorar a conceção e a especificidade das intervenções CSA. Centra-se em especial na importância do género, suscitando a vasta questão de que é necessária muito maior consciência das práticas CSA para que a sua adoção se generalize.

Gender and institutional aspects of climate smart agricultural practices: Evidence from Kenya
Autores: Bernier Q., Meinzen-Dick, R., Kristjanson, P. et al.
CCAFS, 2015, 63 págs.
CCAFS Working Paper n.º 79

Pode ser transferido como ficheiro PDF a partir de:
http://tinyurl.com/nhacyla

História da alimentação

The Nature of Crops: How we came to eat the plants we do
80 clés pour comprendre les sols
Autor: John Warren
CABI, 2015, 184 págs.
ISBN 978-1-78064-509-4
19,95£ . 28 €
CABI, Nosworthy Way
Wallingford, Oxfordshire
OX10 8DE, Reino Unido
www.cabi.org

■ Calcula-se que existam 400 000 espécies de plantas na Terra, das quais mais de metade são boas para consumo humano. No entanto, mesmo quando se consideram os regimes alimentares dos diferentes climas e das diferentes culturas em todo o mundo, a nossa espécie come sistematicamente apenas cerca de 200 espécies de plantas e mais de metade das nossas calorias com origem nas plantas vêm apenas de três: milho, trigo e arroz. Portanto, são as suas boas qualidades biológicas razões para os nossos sabores conservadores ou é a humanidade que é simplesmente rotineira e previsível? Tentando responder a esta questão, este livro proporciona uma leitura fascinante e muito divertida.

O processo de domesticação de culturas a partir de espécies aparentadas selvagens sem se ser envenenado é o cerne da questão. Ao longo de milénios os seres humanos adotaram várias estratégias para o fazer, por exemplo selecionando plantas com níveis de químicos tóxicos mais baixos e inventando métodos de transformação que as tornam mais seguras para comer. Ao mesmo tempo, a nossa própria biologia adaptou-se para ser mais capaz de as digerir. Utilizando uma série de biografias de culturas como estudos de casos, *The Nature of Crops* combina ciência, história e humor numa forma que irá atrair.

▼ As sementes em debate

Ao lado das sementes selecionadas e produzidas pelo agricultor, que tem liberdade de as conservar ou trocar, desenvolveu-se um grande mercado controlado em parte por multinacionais que investem na investigação e desenvolvimento e que criam patentes das suas sementes. David contra Golias? Os desafios são políticos, abarcando a soberania dos agricultores, mas também a perda da biodiversidade e da soberania alimentar.

Semences : petites graines qui font grand bruit
SOS Faim, Dajaloo, n.º 44, abril de 2015, 12 págs.

Pode ser transferido a partir de:
http://tinyurl.com/ndo2n27

Favorecer a segurança fundiária

La formalisation des droits sur la terre dans les pays du Sud
Dépasser les controverses et alimenter les stratégies
Comité technique "Foncier & dévelopágsement", março de 2015, 87 págs
Pode ser transferido como ficheiro PDF a partir de:
http://tinyurl.com/pu4rnkt

■ Urbanização, apropriação indevida de terras, forte crescimento demográfico… são elementos que pressionam a gestão fundiária nos países do Sul. Paralelamente, assumem importância as necessidades de dar maior segurança aos direitos fundiários para proteger a população, resolver conflitos e também para fomentar o investimento. A formalização fundiária, que consiste em dar forma escrita e juridicamente reconhecida a direitos fundiários que não beneficiam desse reconhecimento, está atualmente amplamente generalizada. Será esta resposta pertinente para dar segurança aos direitos fundiários? Sem pôr em causa os seus princípios, os autores consideram, no entanto, os resultados alcançados pouco satisfatórios. Sobretudo fornecem pistas e pontos de referência para compreender melhor os desafios da formalização, bem como as condições de sucesso e as soluções alternativas.

O estudo concluiu que «a formalização dos direitos fundiários é um elemento preponderante das políticas fundiárias, mas não conduz automaticamente à proteção dos direitos». Lembra que a segurança fundiária é antes de mais uma questão política e institucional.

Capacitação

Os direitos de propriedade ou o controlo de ativos das mulheres é importante, ligado a resultados de desenvolvimento positivos tanto para as mulheres a título individual como para as suas famílias. Assim, como é que os programas de desenvolvimento agrícola podem integrar na sua conceção um aspeto que tenha a ver com os ativos e com o género? Com base em exemplos de sete países de África e do sul da Ásia, este relatório salienta como os ativos são frequentemente negligenciados no processo de desenvolvimento e sugere formas de melhorar isto em projetos futuros.

Gender, assets and agricultural development: Lessons from eight projects
Autores: Johnson, Nancy L., Kovarik, Chiara, Meinzen-Dick, Ruth et al.
IFPRI, 2015, 36 págs.
IFPRI Discussion Paper 01436
Pode ser transferido como ficheiro PDF a partir de:
http://tinyurl.com/qjuvovt

Trabalhar com a incerteza

Valuing variability: new perspectives on climate resilient drylands development
Autor: Saverio Kratli
IIED, 2015, 92 págs.
ISBN 978-1-78431-157-5
Pode ser transferido como ficheiro PDF a partir de:
http://tinyurl.com/plcqcka

■ A maior parte das estratégias de desenvolvimento agrícola utilizadas nas terras secas, diz Kratli, tentam controlar as incertezas associadas à pluviosidade, por exemplo introduzindo a irrigação e variedades de culturas de elevado rendimento. Mas, nas zonas onde as variações fazem parte do tecido ambiental, essas tentativas de controlar são normalmente muito caras, podem abalar as economias e os modos de vida locais e arriscam-se a criar desigualdades, degradação e conflitos. Uma abordagem mais eficaz para o desenvolvimento das terras secas consiste em trabalhar com as variações climáticas e tirar vantagem das mesmas.

Para os pastores das terras secas, por exemplo, a precipitação dispersa é uma vantagem, uma vez que as diferentes zonas de pastagem atingem o auge nutritivo em diferentes momentos, permitindo que os pastores tenham acesso a boas forragens ao longo de um período muito mais extenso. Além disso, a forragem mais nutritiva é produzida quando a precipitação é apenas suficiente para permitir um crescimento limitado. A partir de exemplos como estes, este livro fascinante e escrito de forma clara e bem apresentada incentiva a reflexão sobre novos caminhos para o desenvolvimento das terras secas.

Estratégias de crescimento

Analisando os padrões de intensificação agrícola em 40 países africanos, este estudo presta especial atenção ao papel dos fertilizantes para apoiar o aumento da produção das explorações. As conclusões mostram que em metade dos países estudados – os que têm uma densidade populacional relativamente baixa – a produção agrícola aumentou bastante graças ao cultivo de novas áreas de terra, combinado com uma redução dos períodos de pousio e aumento das colheitas duplas.

Agricultural intensification in Africa: A regional analysis
Autor: Alejandro Nin-Pratt
IFPRI, 2015, 44 págs.
IFPRI Discussion Paper 01433
Pode ser transferido como ficheiro PDF a partir de:
http://tinyurl.com/pn4xz5j

PARA OBTER AS PUBLICAÇÕES

Os títulos precedidos do sinal @ podem ser transferidos no sítio *Web* http://publications.cta.int.

Os títulos precedidos do logótipo podem ser obtidos do seguinte modo:

É assinante das publicações do CTA:
Utilize apenas um canal!
• Tem uma conta no sítio *Web* http://publications.cta.int? Entre no sítio e escolha os títulos em função das suas unidades de crédito, clicando em «Juntar ao cesto» e «Encomendar».
• Não tem acesso à Internet? Continue a utilizar o talão de encomenda fornecido pelo CTA.

É uma organização ACP com atividades na agricultura, mas não é assinante das publicações do CTA:
Peça a sua assinatura no sítio *Web* http://publications.cta.int, por e-mail pdsorders@cta.int ou pelo correio, para o endereço: CTA - PDS, PO Box 173, 6700 AD Wageningen, Holanda.

Em 2015, as organizações que se inscreverem receberão 200 unidades de crédito. Os assinantes receberão 200 unidades de crédito e metade do número de unidades de crédito gastas em 2014, com um máximo de 400 unidades de crédito.

Não se encontra em nenhum dos casos mencionados:
Se quiser comprar os nossos livros, pode fazê-lo diretamente nas editoras ou nas livrarias. Mas podem também ser obtidos *online*, se forem de acesso gratuito, em http://publications.cta.int. Mais da metade das nossas publicações podem ser obtidas gratuitamente.

Os títulos precedidos do símbolo ■ estão disponíveis para compra nas editoras mencionadas ou em livrarias.

TIC para a agricultura (ICT4Ag)

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) podem transformar as atividades agrícolas em muitas regiões do mundo. Em alguns países as TIC estão a ajudar os agricultores a aumentarem as suas produções e os seus rendimentos, mas ainda há muito por fazer. Benjamin Addom, coordenador de programas do CTA na área das TIC para o desenvolvimento, fala-nos da importância das TIC para melhorar as condições de vida no meio rural graças ao melhor acesso à informação.

© CTA

1 *O que é que as ICT4Ag representam para o CTA?*

No CTA, as TIC para a agricultura são encaradas como instrumentos úteis que devem ser explorados, atendendo à sua função, em todos os setores. O CTA usa as TIC para executar a sua missão de promover a segurança alimentar e nutricional nos países ACP. As TIC são utilizadas para defender soluções práticas, económicas e expansíveis com impacto na vida das pessoas. Mantemos os nossos participantes atualizados sobre as inovações que vão aparecendo em termos de TIC, apoiamo-los para identificarem soluções viáveis de TIC para a agricultura, reforçamos as suas capacidades na utilização dessas soluções e oferecemos plataformas de deliberação com os responsáveis políticos. A estratégia do CTA em matéria de TIC para a agricultura é global, orientada para o futuro e inclui todos os grupos de participantes, tanto na conceção como na utilização. O CTA está consciente de que a utilização das TIC na agricultura não é nova, mas estamos convencidos que o recente aumento da sua popularidade veio para ficar. As TIC têm um elevado potencial para transformar a agricultura.

2 *Em que medida é que as atividades de desenvolvimento de capacidades em matéria de TIC para a agricultura têm um papel fundamental no aumento do acesso à informação para o desenvolvimento agrícola e rural nos países ACP?*

A questão está em saber para que serve o desenvolvimento de capacidades em TIC. Realçamos que se trata de desenvolvimento de capacidades em TIC para o desenvolvimento agrícola e rural: as TIC são o «meio» e não o «fim». Consideramos igualmente que o desenvolvimento de capacidades vai para além da formação para a oferta de recursos relevantes. O desenvolvimento de capacidades em TIC para a agricultura tem três níveis de intervenientes: institucionais, de base e individuais. Institucionalmente, a ênfase é colocada no modo como os parceiros usam as TIC para melhorar a produção colaborativa e a partilha de conteúdos, sendo disso exemplo o Web 2.0 e as oportunidades de formação nos media sociais. A nível das bases, pretendemos capacitar as comunidades através de aplicações impulsionadas pela procura, intuitivas e integradas, como o Participatory Geographic Information System. A nível individual queremos desenvolver a capacidade do utilizador para adotar e usar estas aplicações para a agricultura, por exemplo as *Apps4Ag learning opportunities*.

3 *Quais seriam as três principais recomendações que faria aos responsáveis políticos para criar um ambiente favorável à adoção das TIC para a agricultura?*

1) Necessidade de apoio político: precisamos de mais políticos de alto nível ativamente implicados nos países ACP. Refiro-me neste caso a defensores e embaixadores digitais dedicados àqueles que na base possam beneficiar desta revolução nas TIC para a agricultura. Sem apoio político arriscamo-nos a perder o ímpeto atual.

2) Apoiar o desenvolvimento e a promoção de uma estratégia sólida de ciberagricultura: de momento, o domínio das TIC para a agricultura a nível nacional está à mercê dos operadores de serviços de valor acrescentado e de redes móveis. Não existe uma divulgação sistemática da informação com recurso às TIC. É preciso que os nossos responsáveis políticos intervenham e apoiem as estratégias do setor para uma melhor prestação de serviços.

3) Assegurar um ambiente facilitador do investimento do setor privado nas TIC: foram instalados centenas de milhares de cabos de fibra ótica. Está na altura de os Governos nacionais criarem políticas e estratégias apropriadas para a distribuição estratégica dos cabos. Sem isto, os cabos operarão numa rota lucrativa, prejudicial aos participantes agrícolas nas zonas rurais.

4 *Acha que os pequenos agricultores e os pescadores dos países ACP estão de facto a beneficiar com a revolução digital?*

Essa questão é um desafio. A minha resposta é sim e não. Sim, porque temos provas do impacto das TIC nos utilizadores. Não, porque, literalmente, podemos nomear essas histórias de sucesso. A maior parte dos utilizadores visados ainda não aderiu à revolução. Vemos e lemos casos episódicos de impacto aqui e ali, mas também estamos conscientes de que a aceitação por milhões de interessados ainda é muito reduzida. A nossa experiência diz-nos que a questão ultrapassa o simples acesso à tecnologia, tendo mais a ver com a utilização inovadora destas tecnologias. As TIC são mais do que simples aplicações móveis; envolvem a convergência de vários canais. O CTA lançou recentemente a iniciativa *Building Viable Delivery Models for ICT4Ag*, [*Construção de Modelos de Entrega Viáveis de ICT4Ag*], no âmbito da qual estão a ser explorados projetos de «validação de conceito» que servem para demonstrar como as TIC podem capacitar economicamente os pequenos agricultores através de modelos viáveis. Pensamos que, através da colaboração e de parcerias, milhões de pequenos agricultores em todo o mundo em desenvolvimento podem beneficiar do potencial das novas TIC para o desenvolvimento agrícola.

ESPORO n.º 128

Na próxima edição

TENDÊNCIAS | Protecionismo Agrícola

© A. Keita

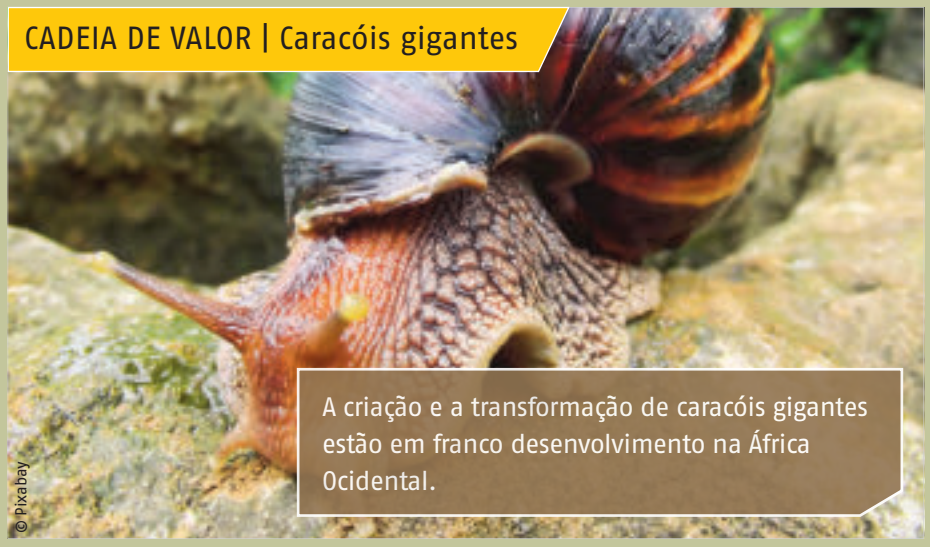
Os países ACP deviam, em nome da sua soberania alimentar e do seu mercado interno, melhor proteger a sua agricultura?

DOSSIER | Promover os mercados regionais

© FAO/S. Diallo

O reforço do comércio e dos mercados agrícolas inter-regionais é um grande desafio para as regiões ACP.

CADEIA DE VALOR | Caracóis gigantes



© Pixabay

A criação e a transformação de caracóis gigantes estão em franco desenvolvimento na África Ocidental.

Serviços para os leitores

Escreva à *Esporo*

CTA - Redação Esporo
PO Box 380
6700 AJ Wageningen
Países Baixos
Fax: + 31 317 460067
E-mail: spore@cta.int

Assinatura da *Esporo*

PARA RECEBER A VERSÃO IMPRESSA

A assinatura é:

- Gratuita para as organizações e pessoas ativas no desenvolvimento rural e residentes num país ACP (África, Caraíbas e Pacífico).

A assinatura pode ser feita:

- através de http://publications.cta.int clicando em "Candidate-se a uma assinatura gratuita";
- pelo correio (PO Box 173, 6700 AD Wageningen, Países Baixos);
- por e-mail para: spore@cta.int

- A assinatura é paga para os restantes casos: 36 € por ano (6 números).

Assinatura a subscrever através de:
Earthprint Ltd
Cavendish Road
Cavendish House
Stevenage, Herts
SG1 2EQ
Reino Unido
E-mail: CTA@earthprint.co.uk

RECEBER O RESUMO GRATUITO POR E-MAIL

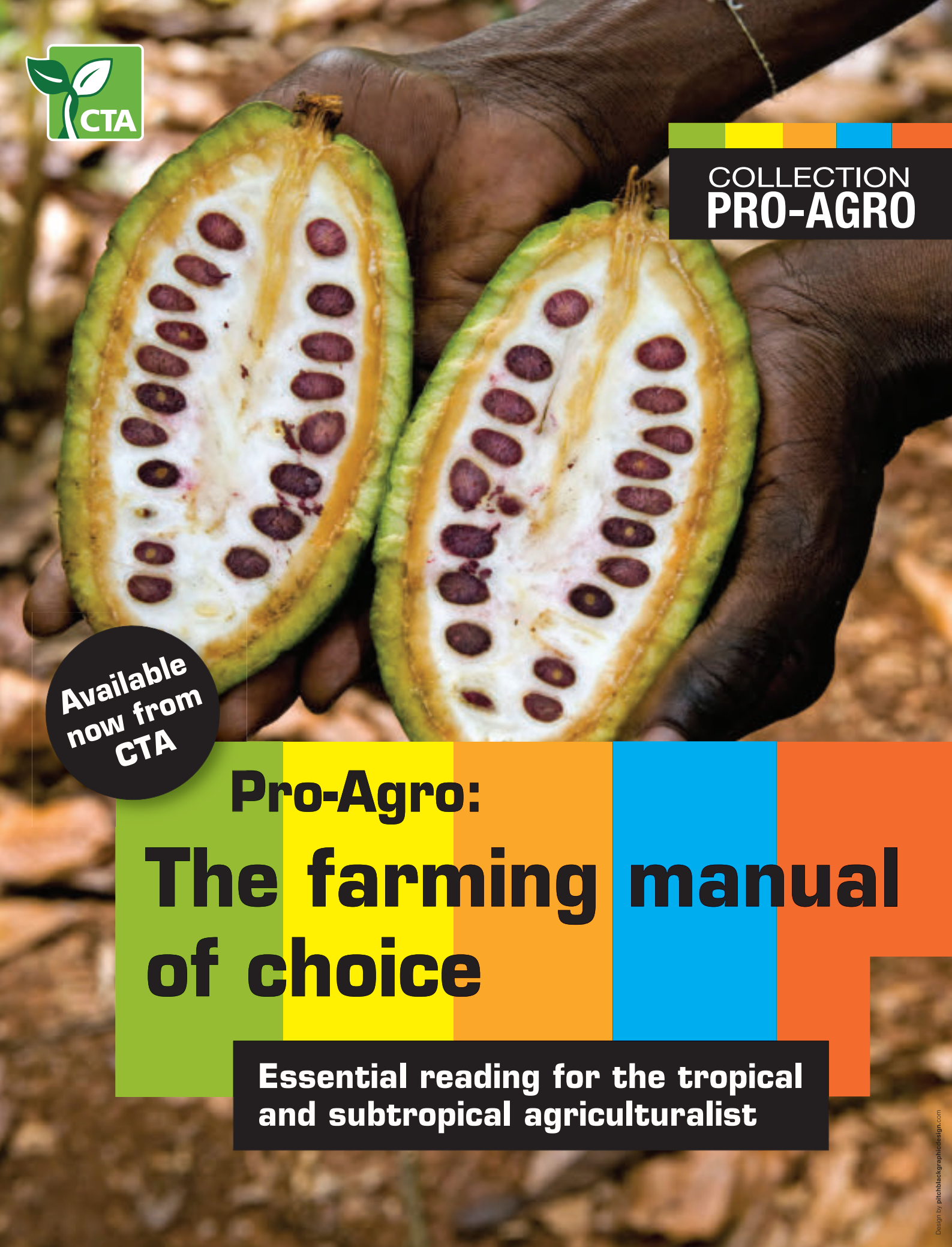
Subscreva a edição e-mail (90 KB) em: http://esporo.cta.int
ou envie um e-mail em branco para join-esporo-pr@lists.cta.int
Para a versão unicamente de texto: join-esporo-text-pr@lists.cta.int

LEIA A *ESPORO* NO SEU ECRÃ

- Na internet: spore.cta.int

Reproduza a *Esporo* com autorização

- Para fins não comerciais, os artigos da *Esporo* podem ser livremente reproduzidos sob a condição de ser mencionada a fonte. Agradecemos o envio de uma cópia para a redação.
- Para fins comerciais terá de ser solicitada autorização prévia.



CTA

COLLECTION
PRO-AGRO

Available now from CTA

Pro-Agro: The farming manual of choice

Essential reading for the tropical and subtropical agriculturalist

Design by pitchblackgraphicdesign.com

O comércio ACP analisado e decifrado

http://agritrade.cta.int

agritrade

Informação actualizada sobre comércio agrícola e pescas nos países ACP-UE

CTA